

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**KAREN SILVEIRA GOMES**

**ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UMA MIRÍADE DE DETERMINAÇÕES**

**São Borja  
2019**

**KAREN SILVEIRA GOMES**

**ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UMA MIRÍADE DE DETERMINAÇÕES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Monique Soares Vieira.

**São Borja  
2019**

KAREN SILVEIRA GOMES

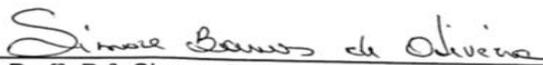
**ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: UMA MIRÍADE DE DETERMINAÇÕES**

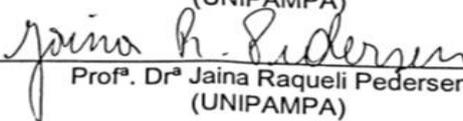
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 05 de dezembro de 2019.

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Profª Drª. Monique Soares Vieira  
Orientadora  
(UNIPAMPA)

  
\_\_\_\_\_  
Profª Drª. Simone Barros de Oliveira  
(UNIPAMPA)

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Drª Jaina Raqueli Pedersen  
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho para todas as crianças e adolescentes, vítimas de abuso sexual intrafamiliar que por medo e/ou vergonha sofrem em silêncio.

## **AGRADECIMENTO**

Eis que chega o momento de agradecer as pessoas que fizeram parte desta caminhada. Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força, coragem e fé para prosseguir firme e forte, foram muitas as vontades de desistir, mas, sempre esteve ao meu lado em todos os momentos. Agradeço a minha família pelo apoio e incentivo que sempre me deram, obrigada por entenderem que a minha ausência as vezes era necessário, obrigada por todo amor que sempre me deram.

Agradeço ao meu companheiro de tantos anos Daniel pelo amor, apoio, compreensão e paciência que sempre teve comigo, por que sabemos bem que não foi fácil, obrigada por estar comigo nos momentos bons e nas dificuldades também e por nunca deixar eu desistir.

Agradeço a minha melhor amiga que posso chamar de irmã e agora futura colega de profissão Denise, obrigada por tudo, pelos dias alegres e os desastrosos também (hahaha) pelos trabalhos e provas em dupla que mesmo não sabendo das respostas jamais foi motivo de brigas e desentendimentos, obrigada pelos puxões de orelha, obrigada pelo carinho e paciência.

Agradeço a Catia, Bruna, Paloma e a mimo Cristieli Dorneles por serem os presentes que a Unipampa me proporcionou, conhecer vocês fez a caminhada valer a pena, seremos lembradas como o grupo do canto, "Todas na luta", as tímidas, risonhas e que entre um chimarrão e outro fomos nos unindo, amizade que quero por perto, obrigada gurias por tudo.

Agradeço a Marta uma pessoa muito querida, alegre e que em muitos momentos nos enlouqueceu com a sua imperatividade (hahaha), não tinha dia e hora lá estava a Marta nos mandando mensagens, perguntando algo, nem dava tempo de responder e já dava beijo colega, boa sorte essa Marta foi um prazer te conhecer e quero levar tua amizade pra sempre.

Agradeço a minha orientadora Monique Vieira, por ter aceitado me orientar no TCC II, pela paciência, dedicação, obrigada pela disponibilidade, que mesmo estando em férias, no seu descanso dedicava um tempinho para vir a universidade me dar orientação, obrigada por compartilhar seus conhecimentos, por contribuir

para a construção do meu trabalho, te admiro pela profissional ética e comprometida com a profissão saiba que aprendi muito com você.

Agradeço as professoras Jaina Pedersen e Simone de Oliveira por terem aceitado participar da minha banca, saibam que ambas contribuíram muito na minha formação e pela escolha do meu tema. Profª Jaina por ministrar a DCG sobre violência sexual contra crianças e adolescentes tema que despertou meu interesse em pesquisar com profundidade e obrigada por ter sido minha supervisora de campo em estágio I, o que me impulsionou a pesquisar sobre este tema.

Obrigada profª Simone você teve uma enorme importância na minha graduação, agradeço pelas aulas, pelos debates, a sua simplicidade que na minha opinião é admirável, seu empoderamento, obrigada por ter sido minha supervisora acadêmica em estágio I, saiba que você foi fundamental para que eu desenvolvesse a minha escrita.

Agradeço aos demais professores da Unipampa que ao longo dos quatro anos de formação, contribuíram passando os seus conhecimentos e por nos mostrar de quão desafiadora é a nossa profissão.

Agradeço a Universidade Federal do Pampa/SB por permitir o meu ingresso nesta instituição possibilitando um ensino superior, gratuito e de qualidade, em fim, agradeço todos aqueles que de alguma forma contribuíram na minha formação profissional.

Muito Obrigada!

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas, ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana”.

## RESUMO

O presente estudo versa sobre o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. O objetivo geral deste trabalho buscou analisar como se manifesta o abuso sexual no contexto intrafamiliar, a fim de apreender os fatores que perpassam o cotidiano das crianças e adolescentes acometidos por essa violência. Os objetivos específicos foram construídos com o propósito de identificar quais são as principais manifestações do abuso sexual dentro das relações familiares; compreender como se estabelece a dinâmica entre adulto e crianças em famílias em que há situações de abuso sexual e identificar as reações que se expressam diante a quebra do silêncio familiar envolvendo abusos sexuais contra crianças e adolescentes. Este estudo possui enfoque qualitativo de cunho exploratório, utilizando-se do procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica, em artigos científicos encontrados no Google Acadêmico entre os anos de 2015 a 2018, totalizando 12 produções. Para a análise da realidade, foi utilizado o método dialético-crítico e suas categorias centrais: Historicidade, Totalidade, Contradição e Mediação. Para a coleta de dados foi construído um roteiro norteador contendo questões que possibilitaram compreender a dinâmica das relações familiares abusivas e as reações provocadas diante da quebra da síndrome do silêncio. Para analisar os dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo a partir de Minayo (2002). As análises revelaram a presença de diversas desigualdades nas relações familiares em que o abuso sexual está presente, como violência de gênero, geracional, o machismo, patriarcado, o adultocentrismo e a falocracia, como determinações que incidem para a produção e reprodução dessa violência que acomete crianças e adolescentes. E por fim, conclui-se que é de suma importância ampliar a discussão sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes em diferentes áreas do conhecimento, assim, como no Serviço Social, mas, contudo, tecer reflexões acerca das ações para o seu enfrentamento. A partir disso, será possível criar estratégias de proteção para as vítimas de abuso sexual e que através das políticas públicas possam ter seus direitos garantidos.

Palavras-chave: Abuso Sexual Intrafamiliar. Crianças e Adolescentes. Relações Familiares. Síndrome do Silêncio.

## **ABSTRACT**

The present study deals with intrafamily sexual abuse against children and adolescents within the family. The general objective of this study was to analyze how sexual abuse is manifested in the intrafamily context in order to understand the factors that pervade the daily life on children and adolescents victims on intrafamily sexual abuse. Specific objectives were constructed with the purpose of identifying the main manifestations of sexual abuse within family relationships; to understand in families where there are situations of sexual abuse and to identify the reactions that are expressed in the face of the breaking of the family silence involving sexual abuse against children and adolescents. The present study has a qualitative exploratory approach, using the methodological method of bibliographic research, in articles published in Google Scholar between the years 2015 to 2018, in a total of 12 productions. For the analysis of reality, the dialectical- critical method and its central categories were used: Historicity, Totality, Contradiction and Mediation. To collect data, a guiding roadmap was constructed containing questions that made it possible to understand the dynamics of abuse family relationships and the reactions provoked by the breakdown of the silence syndrome. To analyze the data, the technique of Minayo (2002) was used. The analyzes revealed the presence of diverse inequalities in family relations in which sexual abuse is present, such as gender violence, transgenerational, machismo, patriarchy, adultcentrism and falocracy, as determinations that affect the production and reproduction of this violence that affects children and adolescents. Finally, it is concluded that it is extremely important to expand the discussion about sexual abuse of children and adolescents in different areas of knowledge, as well as in Social Work, but, nevertheless, to reflect on actions to confront them. From this, it will be possible to create protection strategies for the victims of sexual abuse and that through public policies can have their rights guaranteed.

**Keywords:** Intrafamily Sexual Abuse. Children and Adolescents. Family Relations. Silence Syndrome.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos artigos.....	23
Quadro 2 – Configurações familiares.....	33
Quadro 3 – Abuso sexual incestuoso.....	46
Quadro 4- Manifestações expressas nos artigos com contato físico e sem contato físico.....	53
Quadro 5- Danos físicos e psicológicos.....	68

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Expressões de abuso sexual intrafamiliar .....	55
Figura 2 – Características das famílias abusivas.....	64
Figura 3 - Sentimentos vivenciados pelas vítimas de abuso sexual intrafamiliar....	69

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

s/p- sem página

nº- número

Artº- Artigo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>17</b>
2.1	Tipo de pesquisa .....	18
2.2	Método de análise da realidade... ..	19
2.3	Técnicas e instrumentos de coleta de dados... ..	21
2.4	Universo e amostra .....	21
2.5	Análise dos dados... ..	25
2.6	Pressupostos éticos e socialização dos dados... ..	26
<b>3</b>	<b>FAMÍLIAS E VIOLÊNCIA: perspectivas e expressões contemporâneas .....</b>	<b>27</b>
3.1	A família na cena contemporânea.....	27
3.2	As expressões de violência no contexto familiar.....	38
<b>4</b>	<b>O COTIDIANO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: aproximações com os fatores que o determinam.....</b>	<b>44</b>
4.1	As manifestações do abuso sexual no interior das relações familiares.....	44
4.2	Famílias abusivas: a dinâmica entre adultos e crianças .....	56
4.3	As reações que se expressam diante a quebra do silêncio familiar envolvendo abusos sexuais contra crianças e adolescentes .....	65
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>76</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>
	<b>APÊNDICE (A) ROTEIRO NORTEADOR.....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Abuso Sexual Intrafamiliar: uma miríade de determinações*, busca problematizar o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, tema amplo e complexo, sendo necessário entender a sua totalidade, ou seja, compreender os fatores que levam esses sujeitos a terem os seus direitos sexuais violados no âmbito familiar.

O objeto de pesquisa propõe a discutir também as manifestações do abuso sexual praticado dentro das relações familiares, possibilitando a compreensão dos fatores que levam os adultos a cometerem essa perversa violência, buscando assim, identificar as reações provocadas diante da quebra da síndrome do silêncio. A partir disso, foi construído o problema de pesquisa: Quais os fatores que contribuem para o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes?

Como estratégia metodológica para responder as indagações da pesquisa, elaborou-se o objetivo geral que buscou analisar como se manifesta o abuso sexual no contexto intrafamiliar, a fim de apreender os fatores que perpassam o cotidiano das crianças e adolescentes. Tencionando a operacionalizar o objetivo geral foram construídos os objetivos específicos que pretenderam: identificar quais são as principais manifestações do abuso sexual dentro das relações familiares; compreender como se estabelece a dinâmica entre adultos e crianças em famílias em que há situações de abuso sexual; identificar as reações que se expressam diante a quebra do silêncio familiar envolvendo abusos sexuais contra crianças e adolescentes.

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo de caráter exploratório, no qual se faz uma busca por artigos publicados no período de 2015 a 2018 com os seguintes descritores: Abuso Sexual Intrafamiliar, Abuso Sexual Contra Crianças, Abuso Sexual Infantil, Síndrome do Segredo e Famílias Abusivas através da plataforma do Google Acadêmico, caracterizando uma amostragem por conveniência/aproximação.

Justifica-se a escolha do tema “Abuso Sexual Intrafamiliar Contra Crianças e Adolescentes”, pela aproximação da temática a partir da Disciplina Complementar de Graduação em Serviço Social, “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”. Outro fator que contribuiu para a escolha do tema surgiu a partir do Estágio Supervisionado em Serviço Social I, onde houve a participação como estagiária no

Projeto de Extensão “Rodas de conversa: em debate a violência sexual contra crianças e adolescentes” e que tinha como objetivo levar informações sobre diversos temas, o público eram crianças e adolescentes das escolas no município de São Borja.

A partir desses dois fatores mencionados, surgiram inquietações sobre o referido tema. Diante disso, aferiu-se a necessidade de pesquisar e aprofundar o conhecimento sobre a temática com o intuito de buscar respostas.

Desta forma, para compreender os fenômenos que levam os indivíduos a cometerem o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é necessário entender o contexto histórico, cultural e social na qual os mesmos estão inseridos. De acordo com Araújo (2002, p. 3) “O tema da violência tornou-se, nas últimas décadas, um vasto campo de estudos de diversas disciplinas, sendo focalizado sob diferentes vertentes analíticas”.

Portanto, evidencia-se que esse tipo de estudo, referente ao abuso sexual intrafamiliar praticado contra crianças e adolescentes, está cada vez mais, sendo debatido em diversas áreas do conhecimento como a Psicologia, Direito, Saúde, dentre outras, o que possibilita maior visibilidade e ênfase a essa temática e assim traçar estratégias de enfrentamento.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes não é permeado somente pelo contexto histórico, mas, também pelo fator econômico, social e cultural, onde há diversos embates ao que se refere à proteção a esses indivíduos. Vale salientar que, o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é uma expressão da questão social e tem o objetivo a violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, portanto, o abuso sexual deve ser compreendido de uma forma ampla e como uma refração da questão social.

Para Yamamoto (2002, p. 27) a questão social é apreendida como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...].

Com base na citação acima, evidencia-se que o abuso sexual contra crianças e adolescentes, assim como todas as formas de violação de direitos desses sujeitos, constituem-se como expressões da questão social objeto de trabalho do/a Assistente

Social. Nota-se que as desigualdades estão permeadas em todas as classes sociais envolvendo questões como relações assimétricas de força e poder, família, silêncio da vítima, estigmas, dentre outros.

Este trabalho é composto no primeiro capítulo pela *introdução* onde apresenta-se de modo breve e geral o tema da pesquisa.

O segundo capítulo refere-se à *metodologia* utilizada para a construção da pesquisa, sendo bibliográfica, qualitativa de cunho exploratória, onde trabalhou-se com o Método Dialético-Crítico e suas categorias centrais e para a análise dos dados foi utilizado um roteiro norteador.

No terceiro capítulo problematiza-se o *referencial teórico*, onde são tecidas reflexões sobre família, discutindo as novas configurações familiares, realizando de uma forma breve a história da mesma e as perspectivas e manifestações da violência contra crianças e adolescentes.

O quarto capítulo versa sobre a *análise de dados* discutindo categorias que emergiram na coleta de dados, buscando-se responder as questões norteadoras. Além disso, evidencia também discussões sobre os fatores que perpassam a realidade de crianças e adolescentes como o, machismo, patriarcado, adultocentrismo e as reações diante a quebra do silêncio dentre outras.

E por fim, são tecidas as *considerações finais* retomando as discussões e trazendo os resultados, seguido das referências e apêndice.

## 2 METODOLOGIA

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada na pesquisa, onde foi realizada pesquisas em artigos científicos publicados no Google Acadêmico, entre os anos de 2015 a 2018, referente ao tema de estudo. Antes de iniciar a metodologia foram elencados alguns pontos relacionados à importância da pesquisa no Serviço Social e a sua contribuição para a produção do conhecimento.

A metodologia é o processo a ser percorrido durante o estudo da realidade, é o momento em que o/a pesquisador/a irá se aproximar do fenômeno utilizando-se de instrumentos, técnicas e métodos. É a parte mais importante, pois é através dessas ferramentas que o/a pesquisador/a se apropria de uma dada realidade, ou seja, é o estudo de cada etapa a ser percorrida. Portanto, Minayo (2002, p. 43) refere que:

A metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha de grupo de pesquisa, estabelecimentos de critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados.

Evidencia-se que a pesquisa para o Serviço Social é importante para conhecer a realidade dos sujeitos e assim intervir. A pesquisa contribui incisivamente na produção do conhecimento da realidade, é um processo de investigação no qual o/a pesquisador/a se apropria da realidade e busca transformá-la, a partir disso, ter um novo conhecimento, um novo olhar dessa realidade.

A pesquisa parte de questionamentos da realidade concreta, o que proporciona um aprofundamento dessa realidade e a partir do momento que se busca investigar, o/a pesquisador/a passa a entender os anseios, as particularidades dos sujeitos que se quer pesquisar. Portanto, ter um olhar sensível é necessário para que o/a pesquisador/a possa fazer uma reflexão daquela realidade, através de instrumentos e técnicas ele/a se apropria das demandas e dos sujeitos.

O presente capítulo metodológico está organizado da seguinte forma: tipo de pesquisa, método de análise da realidade e suas categorias centrais, os instrumentos e técnicas utilizados na coleta de dados, universo e amostra, análise de dados, os pressupostos éticos e socialização dos dados.

## 2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa utilizada foi à qualitativa, propiciando ao/a pesquisador/a compreender os fenômenos sociais aos quais os sujeitos vivenciam no cotidiano. Assim este tipo de pesquisa realiza-se sobre aquilo que não está visível, contribuindo para que o/a pesquisador/a vá além da aparência. De acordo com Minayo (2002, p. 21-2);

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa possibilita fazer um estudo detalhado das demandas que emergem no âmbito do exercício profissional do/a assistente social, através dela o/a pesquisador/a procura observar aspectos do cotidiano da vida dos sujeitos.

Partindo do pressuposto de que ao investigar o/a profissional se debruça num emaranhado de situações que requer cuidado e atenção, fazendo com que o/a assistente social busque traçar estratégias de intervenção. Segundo Guerra (2009, p. 4):

[...] Na relação dialética entre investigar e intervir, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade, os conhecimentos teórico-metodológicos, os saberes interventivos e procedimentais constituem-se componentes fundamentais.

Dessa forma, o/a profissional ao investigar a realidade dos sujeitos passa a compreender as particularidades dos mesmos, o que possibilita criar estratégias de intervenção, fundamentadas em bases teóricas e utilizando instrumentos e técnicas que visam conhecer o real e assim poder intervir.

A pesquisa foi do tipo exploratória, sendo realizados levantamentos em materiais publicados em revistas científicas sobre o tema, que de acordo com Gil (2008, p.27) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Assim, na

pesquisa exploratória o/a pesquisador/a fará o adensamento teórico em materiais já produzidos sobre o tema e que serão utilizados para a pesquisa.

## 2.2 Método de análise da realidade

O método dialético-crítico permite a/o pesquisador/a ter uma compreensão dos fenômenos e a partir da investigação ter uma aproximação mais profunda com a realidade. De acordo com Gil (2008, p.14):

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais.

Portanto, o método dialético crítico irá orientar de que forma o/a pesquisador/a interpretará a realidade, que está em constante movimento, ou seja, em transformação contínua. Esse método possibilita enxergar a realidade com uma estrutura dialética.

O método dialético-crítico é composto por categorias centrais que são a historicidade, totalidade, contradição e mediação. A **historicidade** propõe analisar a origem do fenômeno, onde o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é o resultado dos processos históricos no qual surgem múltiplas determinações como o machismo, patriarcado dentre outros, ou seja, quando o/a pesquisador/a busca entender os processos sociais que resultam o abuso sexual intrafamiliar e compreender que essa expressão da questão social está relacionada no modo como a sociedade está estabelecida. Guerra (2009, p. 13) afirma que;

O passado convive com o presente e aponta tendência para o futuro. Cabe ao pesquisador perceber quais os elementos que pesam mais na realidade estudada, o que predomina naquele momento histórico analisado: se as tendências do novo ou do velho.

Outra categoria do método é a **totalidade**, que significa entender o abuso sexual intrafamiliar de uma forma ampla, ou seja, a articulação entre os fenômenos e os processos sociais, ou seja, os fatores que contribuem que o abuso sexual intrafamiliar esteja presente no cotidiano das crianças e adolescentes, portanto, a totalidade possibilita ir além da aparência.

Conforme Kosik (1976, p. 44);

[...] totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa conhecer toda a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético- isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída- se são entendidos como partes estruturais do todo.

Outra categoria é a **contradição** entende-se como negação ao qual estimula o indivíduo a buscar desvendar a essência dos fenômenos, segundo Konder (2008, p.47) “a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem, em que as conexões entre as realidades criam unidades contraditórias”. Desse modo, a contradição possibilita através de sucessivas aproximações desvendar o objeto e assim transformá-lo, isto é, a contradição propicia conhecer detalhadamente o fenômeno visando a sua superação, ou seja, a contradição faz com que a realidade esteja em constante movimento.

A quarta categoria utilizada do método foi a **mediação**, que proporciona ao/a pesquisador/a entender o fenômeno em sua totalidade, isto é, a partir da aparência para tentar alcançar a sua essência. No caso do abuso sexual intrafamiliar que é o objeto de estudo, a mediação possibilita apreender quais os fatores que desencadeiam o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, partindo do pressuposto dos processos históricos, sociais e culturais. Conforme Pontes (2000, p. 38) descreve a mediação como “[...] uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão)”.

Portanto, o método utilizado contribuiu para o desvendamento do abuso sexual intrafamiliar, onde percebe-se que essa expressão da questão social está atrelada ao contexto histórico na qual esses sujeitos vivenciam no cotidiano. São famílias em que há extremas hierarquias e relações de poder, estando presentes expressões do patriarcado, tais como: machismo, falocracia e o adultocentrismo, que

incidem diretamente para a ocorrência dos abusos sexuais e demais violências no âmbito familiar.

### 2.3 Técnicas e instrumentos de Coleta de Dados

Segundo as autoras Lakatos e Marconi (2003, p.174) a:

Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.

Ou seja, técnica é um conjunto de normas utilizadas para chegar a uma finalidade, é a capacidade de pôr em prática essas normas, como por exemplo, estudo de caso, grupo focal, dentre outros.

Para a presente pesquisa, a técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica, que consistiu em fazer um levantamento em materiais sobre o objeto de estudo publicados no Google Acadêmico, em diversas áreas do conhecimento como a Psicologia, Direito, Saúde e Serviço Social.

Conforme Gil (2002, p.44);

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Os artigos pesquisados foram dos últimos três anos de 2015 a 2018, utilizando-se dos seguintes descritores: *o abuso sexual intrafamiliar, abuso sexual contra crianças, abuso sexual infantil, síndrome do segredo e famílias abusivas*. A partir dos descritores acima mencionados a pesquisadora fez uso de um roteiro estruturado<sup>1</sup> com perguntas abertas e fechadas, com intuito de responder as indagações do referente tema de pesquisa.

---

<sup>1</sup> Apêndice 1- Roteiro de pesquisa bibliográfica.

## 2.4 Universo e amostra

Os materiais utilizados na pesquisa foram artigos científicos publicados no Google Acadêmico. Segundo Gil (2008, p.89) universo “é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”, ou seja, nesta pesquisa o universo deu ênfase em pesquisas no Google Acadêmico, onde foram encontrados muitos materiais sobre o tema, delimitando-se o período para buscar materiais que abordassem o objeto da pesquisa. Com isso a amostra limitou-se em obter informações que discutam o abuso sexual e quais os fatores que contribuem para que essa violência ocorra no âmbito familiar.

Segundo Gil (2008, p.90) amostra é “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. Percebe-se que a partir dos materiais utilizados para o projeto de pesquisa, há muitos materiais sobre o objeto de estudo por esse motivo serão feitos alguns critérios para a amostra.

A amostra se caracteriza como não-probabilística, como aborda Gil (2008, p. 91) “não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador”. O tipo de amostragem não-probabilística utilizados na pesquisa foi de amostragem por conveniência que segundo Gil (2008, p.94) “o pesquisador seleciona os elementos a que têm acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”, os critérios de inclusão foram artigos científicos publicados no Google Acadêmico, dos últimos três anos 2015 a 2018. As áreas do conhecimento pesquisadas foram Psicologia, Direito, Saúde e Serviço Social, a forma linguística foi o português.

Os critérios de exclusão foram teses e dissertações, os anos que estão fora do que está delimitado na pesquisa, outras áreas do conhecimento que não seja as que foram mencionadas anteriormente, outra forma linguística a não ser o português.

Quadro 1 – Classificação dos artigos utilizados.

<b>Título</b>	<b>Autores(as)</b>	<b>Ano</b>	<b>Área</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>Fonte de Acesso</b>
1.As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.	FLORENTINO, B.R.B.	2015	Psicologia	Abuso-sexual, crianças, adolescentes, consequência	file:///C:/Users/sb/Downloads/5060-19377-1-PB.pdf.
2.O Olhar de Mães acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrida por suas Filhas.	LIMA E ALBERTO	2015	Psicologia	Abuso sexual na infância, Mães, Adaptação, psicológica	file:///C:/Users/sb/Downloads/Dialnet-OOlharDeMaesAcercaDoAbusoSexualIntrafamiliarSofrid-6122595.pdf.
3.Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes.	BAÍA, VELOSO, HABIGZANG, DELL'AGLIO E MAGALHÃES.	2015	Psicologia	Abuso sexual, revelação, descoberta, padrões.	file:///C:/Users/sb/Downloads/37007-1-127359-2-10-20150825.pdf.
4.Abuso sexual e Resiliência: Enfrentando as adversidades.	MARTINS	2016	Psicologia	Abuso sexual, Agravos À saúde, resiliência família.	file:///C:/Users/sb/Documents/5000-16348-1-SM.pdf.
5.O Abuso sexual e desenvolvimento de self: um olhar centrado na pessoa.	CÓTICA, XAVIER, EYGO.	2015	Psicologia	Abuso sexual, Abordagem centrada na pessoa.	file:///C:/Users/sb/Downloads/55-1-413-1-10-20151218.pdf.

6.A vitimização sexual de crianças e adolescentes: as múltiplas faces de uma violência perversa.	VIEIRA.	2018	Serviço Social	Abuso Sexual. Exploração Sexual Comercial. Criança e Adolescente. Direitos Humanos.	
7.Abuso sexual infantil e intervenções psicológicas.	GOMES E SOARES	2017	Psicologia	Abuso sexual infantil; dinâmica do abuso, intervenções.	<a href="http://portaldoperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/3382/3050">http://portaldoperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/3382/3050.</a>
8 Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: uma revisão sistemática.	SUFREDINI, CARMEM MORÉ, KRENKEL.	2016	Saúde	Abuso sexual infantil, violência sexual, mães, infância, adolescência	<a href="http://www.revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2016.92.11/5663">http://www.revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2016.92.11/5663.</a>
9.Políticas Públicas como forma de prevenir abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.	NASCIMENTO, COSTANDRADRE.	2016	Psicologia	Abuso sexual intrafamiliar, políticas públicas, consequência psicológicas, criança e adolescente.	<a href="http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/730/644">http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/730/644.</a>
10.O silêncio que precisa ser falado: a percepção materna frente o abuso sexual do filho.	GONÇALVES, SANTOS PESSOA.	2017	Saúde	Abuso sexual infantil, relações mãe-filho, percepções maternas.	<a href="https://www.acervosaude.com.br/doc/14_2017.pdf">https://www.acervosaude.com.br/doc/14_2017.pdf.</a>
11.Um Enfoque sobre as principais políticas	SOUZA, SILVA, GONÇALVES.	2018	Psicologia	Violência gênero, abuso	<a href="http://www.psicologia.pt/arti">http://www.psicologia.pt/arti</a>

publicas que atuam no caso de abuso sexual de crianças e adolescentes.				sexual, acolhimento ao menor.	gos/textos/A1217.pdf.
12.O abuso sexual infantil e a culpabilização das vítimas dessa violência.	PORTES, SENRA.	2015	Psicologia	Abuso sexual infantil, culpabilização da vítima, Assistência.	<a href="http://www.pensamientopenal.com.ar/sistem/files/2015/12/doctrina42560.pdf">http://www.pensamientopenal.com.ar/sistem/files/2015/12/doctrina42560.pdf</a>

Fonte: Sistematização da acadêmica, 2019.

## 2.5 Análise dos dados

A análise de dados consiste em um conjunto de técnicas utilizadas na pesquisa qualitativa, que busca obter respostas às questões propostas na pesquisa, para Minayo (2002, p. 74) há duas funções para aplicar essa técnica uma se refere a “verificação de hipóteses e/ou questões” e a outra é “à descoberta do que esta por trás dos conteúdos manifestos”, ou seja, é preciso compreender o fenômeno (abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes) partindo da aparência para se chegar a sua essência.

Para Minayo (2002) a análise de conteúdo é dividida em três fases que são: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Na pré-análise é realizada a organização de todo o material que será utilizado na pesquisa que nesse caso foram artigos científicos sobre o abuso sexual intrafamiliar entre os anos de 2015 a 2018, nessa fase é preciso fazer a leitura destes artigos. Como aborda Minayo (2002, p. 76);

[...] de acordo com os objetivos e questões de estudo, definimos, principalmente, unidades de registro, unidade de contexto trechos significativos e categorias. Para isso faz-se necessário que façamos uma leitura do material no sentido de tornarmos contato com sua estrutura, descobrirmos orientações para a análise e registrarmos impressões sobre a mensagem.

A segunda fase da análise de conteúdo refere-se à exploração do material, onde é necessário adensar a leitura que conforme Minayo (2002, p. 75) “é a fase

mais longa”, porque o/a pesquisador/a terá que ler todos os artigos que serão utilizados na pesquisa por várias vezes, com o intuito de se aproximar do fenômeno.

E a última fase destina-se ao tratamento dos resultados obtidos e interpretação, ou seja, tentar desvendar o que está oculto no objeto de pesquisa que neste caso é o abuso sexual intrafamiliar, de acordo com Minayo (2002, p. 76) “[...] nessa fase devemos tentar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto [...]”, isto é, desvendar os fatores determinantes que levam os adultos a praticarem o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

## **2.6 Pressupostos éticos e socialização dos dados**

A ética em pesquisa é fundamental para o trabalho do/a pesquisador/a, pois a internet possibilita os plágios em obras, é importante que o/a pesquisador/a faça uma leitura de toda a obra para que a/o mesma/o não tenha uma ideia contrária ao que o/a autor/a da obra quer dizer.

O/a pesquisador/a poderá utilizar desse recurso para fazer a pesquisa, lembrando sempre de colocar a fonte de pesquisa, referenciando autor/a e obra de quem está sendo feito o embasamento teórico na pesquisa. A socialização da presente pesquisa e das informações da coleta de dados será na Universidade Federal do Pampa- Campus São Borja por meio da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso e uma cópia que ficará na biblioteca para consultas posteriores.

### **3 FAMÍLIAS E VIOLÊNCIA: perspectivas e expressões contemporâneas**

No presente capítulo é discutido a categoria famílias, seus conceitos e configurações contemporâneas. Muitos são os mitos sobre o que é família, compreendendo que esse é um espaço privilegiado para o desenvolvimento primário de crianças e adolescentes, mas também pode ser um lugar de violações de direitos.

Portanto, faz-se necessário compreender como se estabelece a dinâmica familiar, ou seja, como que esses sujeitos se relacionam no âmbito familiar, como estabelecem a divisão dos papéis, se é rígida, autoritária e se elas respeitam as particularidades dos sujeitos que estão em fase de desenvolvimento, assim como, as condições sociais, econômicas e culturais presentes no cotidiano das famílias.

Desse modo, o presente capítulo traz para o debate as configurações familiares contemporâneas articulando com a discussão da violência sexual contra crianças e adolescentes, cujo fenômeno está cada vez mais presente no cotidiano desses sujeitos, mais precisamente no âmbito familiar.

Evidencia-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes, traz consigo diversas consequências de curto, médio e a longo prazo, fazendo com que esses sujeitos sofram com as situações que estão vivendo.

O capítulo está estruturado da seguinte forma, no primeiro tópico são discutidas as famílias na cena contemporânea, onde será abordado o que é família e suas concepções e as novas formas de família.

No segundo tópico será discutida as expressões de violência no contexto familiar, onde será abordado o que é violência e quais são as principais expressões, enfatizando a violência intrafamiliar e as formas como ela se manifesta nas relações entre adultos e crianças.

#### **3.1 A família na cena contemporânea**

O termo família vêm da expressão grega “epístion” que “significa aquilo que está perto do fogo”, “Uma família era um grupo de pessoas às quais a religião permitia invocar os mesmos manes, e oferecer o banquete fúnebre aos mesmos antepassados” (COULANGES, 2006, p.35). Isto é, a família recorria à alma dos mortos em um ritual, para comemorar aos seus antepassados.

Historicamente, o modelo que predominou foi o da família tradicional, ou seja, a patriarcal, na qual era o modelo que devia ser seguido, onde o homem desempenhava a função de provedor do sustento da família, isto é, aquele que tomava as decisões, impondo sua autoridade. O casamento era a instituição mais importante, pois era a partir da união entre homem e mulher que a família se formava, ou seja, “esta união é o início da constituição do mundo do casal. União expressando a aliança entre duas famílias de origem, cada um dos cônjuges oriundos de uma união anterior” (MEDINA, 1991, p. 15).

No modelo tradicional, a família tinha funções distintas, ou seja, o homem era o chefe da casa, o possuidor do conhecimento, enquanto a mulher era a submissa, a responsável pelo trabalho doméstico e o cuidado dos filhos/as. Havia um fator importante, para Medina (1991, p. 15) que consistia na “segregação dos papéis socialmente masculino e feminino”, isto é, caberia ao homem o mundo do trabalho, sendo responsável pelo sustento da família enquanto a mulher dedicava-se aos cuidados do lar e dos filhos.

Tal segregação não acontecia apenas entre homem e mulher, mas também entre adultos e crianças, onde cada membro desempenhava um papel, no entanto, os filhos faziam parte do mundo doméstico da mãe. No mundo dos adultos, o pai exercia a sua autoridade por ser aquele que trazia o sustento para a família. De acordo com Medina (1991, p.17);

A segregação também ocorria entre adultos e crianças, cada um com seu mundo próprio, porém, o dos filhos, sendo parte do mundo doméstico da mãe. O pai, expressão do mundo adulto, estava distante, segregado dos filhos, sua participação dentro do mundo doméstico, sendo de respeito: seu desejo, aí, era uma ordem. Ao chegar do trabalho, por ser o provedor, não devia ser incomodado [...].

Historicamente é possível identificar que a criança foi tratada de modo incerto, pois não tinha uma idade específica que caracterizasse infância, o que se tinha eram as “idades da vida” segundo Ariès (2012, p. 4);

As “idades da vida” ocupam um lugar importante nos tratados pseudocientíficos da Idade Média. Seus autores empregam uma terminologia que nos parece puramente verbal: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade – cada uma dessas palavras designando um período diferente da vida.

Portanto, cada uma das nomenclaturas citadas acima (infância, adolescência e a velhice) refere-se a cada etapa da vida de um indivíduo. Para Ariès (2012, p. 9) “as idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais; sabemos que havia homens da lei muito jovens, mas, consoante a imagem popular, o estudo era uma ocupação dos velhos”.

No modelo de transição temos como característica, “a alteração da posição da mulher e, conseqüentemente, a do homem” Medina (1991, p. 18). Nesse modelo difere-se ao modelo já citado (modelo tradicional), que pressupõe um ritual de união entre as famílias, ou seja, as etapas do namoro, noivado, casamento, no modelo de transição cabe ao casal a decisão de se unirem, porém esta decisão é mais como um acordo comercial, a união neste modelo tinha o sentido da perpetuação e ampliação de riquezas, na qual se dará muito com a introdução do capitalismo, onde a união deveria ser de acordo com a classe social. Bruschini (2009, p. 72) salienta que;

Dentro da função econômica, é importante considerar que a família é também uma unidade de consumo. Ela não produz agora o que o grupo precisa para sobreviver, mas compra no mercado o necessário para cada um dos seus membros. A família passa então a ser um grupo que compartilha um orçamento, com entradas em dinheiro e saídas em gastos. Nesse sentido, a família é também uma soma de rendimentos.

No entanto, percebe-se que a família nesse modelo passa a consumir o que antes produzia para sua sobrevivência, isto é, a família não passa a produzir mais para o mercado, mas passa a comprar o que é básico para a sobrevivência dos membros da família.

Ressalta-se um fator importante para a análise da categoria famílias que é a expectativa de vida das pessoas, onde no modelo tradicional temos aquelas pessoas entre os 40 e 45 anos de vida cuja nesta faixa etária já eram avós, e que atualmente a expectativa de vida está em torno dos 75 e 80 anos de idade<sup>2</sup>. Outro fator que o autor refere-se é “à mobilidade geográfica e social das pessoas, hoje”

---

<sup>2</sup> No modelo tradicional a expectativa de vida das pessoas era entre os 40 e 45 anos de idade no século XIX, porém atualmente no século XXI a expectativa de vida é de 75 a 80 anos (MEDINA, 1991, p. 14-9).

De 1940 até 2016, o aumento foi de 30,3 anos. Apesar de o crescimento contínuo na expectativa de vida, o Brasil ainda está abaixo de países como Japão, Itália, Singapura e Suíça, que em 2015 tinham o indicador na faixa dos 83 anos. (Fonte: IBGE). Atualizado em 05/07/2018.

(MEDINA 1991, p. 19) onde é possível que cada um viva em vários lugares assim como mudar o seu padrão sócio-econômico, ou seja, essas transformações irão impactar sobre a vida familiar, em especial ao do casal. Portanto, a união neste modelo de transição se estabelece no mundo do casal, do trabalho e no mundo doméstico. De acordo com Medina (1991, p.19);

Assim como no mundo do casal, marcado pelo afeto, homem e mulher são iguais, também o serão no mundo doméstico e no mundo do trabalho. Todos os dois serão responsáveis pela casa e educação dos filhos e todos os dois deverão ir à luta para conseguir o seu sustento.

O objetivo do modelo de transição é a igualdade<sup>3</sup>, neste modelo os papéis sociais exercidos não se distinguem por sexo, aqui tanto o homem e/ou mulher podem exercer as mesmas atividades domésticas, como educar os filhos. A mulher passa a exercer uma profissão o que no modelo tradicional isto não era permitido. No modelo de transição a união entre o casal não se dará mais para procriação fundamental no modelo tradicional, existe agora tomada de decisão da mulher em ter filhos ou não, o que vai de encontro ao modelo tradicional, como salienta Medina (1991, p. 20);

A união, como dissemos, não é mais voltada, em sua razão de ser, pela procriação. Ao contrário, tende-se a buscar uma demora no ter filhos. Ao mesmo tempo, a gravidez, valor fundamental para a mulher no modelo tradicional, é, hoje, vista com certa recusa em seu valor, o ter filhos sendo uma prova de coragem do casal.

Portanto, para compreender a categoria famílias faz-se necessário entendê-las em seus diferentes contextos, o que torna a análise complexa e desafiadora. Nas reflexões de Sarti (2004, p. 17):

A família é o lugar onde se ouvem as primeiras falas, com as quais se constrói a auto-imagem e a imagem do mundo exterior. Assim, é fundamentalmente como lugar de aquisição de linguagem que a família

---

<sup>3</sup> Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver. Causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira (SARTI, 2004, p. 36).

define seu caráter social. Nela, aprende-se a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas. A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Esse processo que se inicia ao nascer estende-se ao longo de toda a vida, a partir dos diferentes lugares que se ocupa na família.

Evidencia-se que ao longo do processo de transformação das relações interpessoais e sociais em nossa sociedade, fez com que novas necessidades surgissem e com ela novas mudanças sobre as formas de concepção de família. De acordo com Sarti (2004 p. 12) “Sendo a família um mundo de relações [...] o atendimento que focaliza a família lida forçosamente com esse mundo de relações, em todo seu emaranhado de situações e pontos de vista”, ou seja, família não se limita apenas a um indivíduo e sim em um conjunto de relações com outros indivíduos, que possuem diversas situações e diferentes opiniões.

Percebe-se que ao longo da história, as configurações familiares vêm se modificando, e com ela outros diversos conceitos. Costa e Penso (2005) apud, Oliveira e Azevedo (2013, p. 31) “reafirmam a ideia de que a família é o primeiro grupo ao qual cada pessoa pertence e, como grupo primário, dá origem a todos os outros grupos e instituições”.

Desta forma, os referidos autores afirmam que a ideia de família é aquela em que cada indivíduo está inserido e na qual o mesmo da início a outros grupos, Bello (2007) apud Oliveira e Azevedo (2013, p. 31) enfatizam que;

[...] declara que a família divide a função de socialização dos seus membros com outras instituições significativas como as instituições escolares e as instituições religiosas entre outras, e enfatiza que este papel se inicia no momento em que o indivíduo nasce e se perpetua durante todo o seu desenvolvimento [...].

Krüger e Silva (2013, p. 16) corroboram com os autores acima citados quando referem a família como sendo “o primeiro grupo ao qual cada pessoa pertence e que dá origem a todos os outros grupos e instituições”.

No entanto, podemos observar que o desenvolvimento da sociedade e suas múltiplas transformações, incidiram para a construção de novas formas e conceitos sobre família. De acordo com Foucault (1979) apud Duarte (1995, p. 29):

A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve se tornar um meio físico denso, saturado,

permanente, contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança.

Entretanto, a família é mais que uma relação entre seus membros, ela deve ser compreendida de uma forma ampla, que envolva fatores que possibilitem uma organização permanente e constante dentro da instituição familiar, isto é, “a implantação dessa nova concepção da função social da *família* se fará através de uma complexa e intensíssima reforma cultural” (DUARTE, 1995, p. 29). O referido autor enfatiza que a nova família pode ser “naturalizada”, porque ela considera que as transformações ocorrem com o decorrer da história e “sacralizada” porque considera que sob tal forma o ser humano demonstra aquilo que é sagrado, algo real dentro de uma instituição familiar.

Evidencia-se que a família vem se modificando nos padrões e nas relações familiares, constituindo um espaço complexo e diversificado. O modelo de família nuclear que estabeleceu-se como família padrão, ou seja, aquela família que tem traços conservadores típicos do modelo tradicional, formada por pai, mãe e filhos/as, vem se modificando, pois o que percebe-se é que cada vez mais as famílias são governadas por mulheres, o que trouxe mudanças na concepção deste modelo de família, como destaca Fonseca (2007, p. 120);

O modelo de família nuclear, que se estabeleceu como padrão no ocidente, começou a mudar, ainda que de forma desigual, em suas diversas regiões. Embora não tenha afetado todas as partes do mundo igualmente, de maneira geral aumentou a tendência de famílias chefiadas por mulheres e de pessoas vivendo sozinha [...].

Portanto, a concepção da família nuclear na qual é formada por pai, mãe e filhos/as, consiste que os membros convivam no mesmo espaço, desta forma o pai é o que traz o sustento para a família, a autoridade, aquele que trabalha fora o que dita às regras e que devem ser cumpridas, a mulher/mãe é a responsável por cuidar do lar e dos filhos/as, “é um modelo que vai ser veiculado com o certo, o bonito, o desejável” (FONSECA, 2007, p. 122). Quando os arranjos familiares fogem dessa concepção de família nuclear, são vistas como “anormais, desviantes, diferentes e, portanto, necessitados de correção ou de enquadramento” (FONSECA, 2007, p. 122). Ou seja, quando a família foge desse padrão (tradicional) as mesmas são vistas pela sociedade como algo diferente aos que estão acostumados a vivenciar.

Deste modo, é preciso compreender que a família vem se transformando junto com a sociedade, como um grupo social que se organiza de acordo com a sua necessidade em cada contexto que se insere. Segundo Carvalho (2000, p. 14);

É preciso olhar a família no seu movimento. (...) Este movimento de organização- reorganização torna visível a conversão de arranjos familiares entre si, bem como reforça a necessidade de se acabar com qualquer estigma sobre as formas familiares diferenciadas. Evitando a naturalização da família, precisamos compreendê-la como grupo social cujos movimentos de organização- desorganização- reorganização mantêm estreita relação com o contexto sócio-cultural.

O quadro 2 apresenta a constituição e as principais configurações familiares e suas nomenclaturas.

Quadro 2 – Configurações familiares

<b>Nomenclatura</b>	<b>Constituição</b>
Monoparental	Constituída por um dos pais e seus descendentes. É a relação protegida pelo vínculo de parentesco de ascendência e descendência.
Nuclear	Composta por dois adultos, vivendo num núcleo doméstico com suas crianças ou crianças adotadas ( Mãe, pai e filhos/as).
Consanguínea/Alargada/extensa	É uma estrutura mais ampla, que consiste na família nuclear, mais os parentes diretos ou colaterais, existindo uma extensão das relações entre pais e filhos para avós, pais e netos, tios e sobrinhos.
Ampliada	Composta por parentes mais próximos, além do (casal e seus filhos) vivem junto no mesmo ambiente familiar podendo incluir avós, irmão e seus maridos, tias e sobrinhos.
Reconstituídas	Aquelas que são formadas, por casais

	que trazem filhos/as do primeiro casamento.
Associação	São compostas por amigos que formam uma rede de “parentesco” baseada na amizade.
Unipessoal	É composta por apenas uma pessoa. Denominação atual para aquelas pessoas que optam por ter um espaço físico individual, onde não precisam necessariamente fazer trocas emocionais vindas de um convívio compartilhado.
Homoafetivas	É aquela decorrente da união de pessoas do mesmo sexo, as quais se unem para a constituição de um vínculo familiar.
Matrimonial	Tem o casamento como principal vínculo de família.
Anaparental	É a relação que possui vínculo de parentesco, mas não possui vínculo de ascendência e descendência. É a hipótese de dois irmãos que vivam juntos. A convivência entre parentes ou entre pessoas, ainda que não parentes.
Eudemonista	É aquela decorrente do afeto a qual busca a felicidade individual vivendo um processo de emancipação de seus

	membros.
Pluriparental	É a entidade familiar que surge com a criação de novos vínculos. A especificidade decorre da peculiar organização do núcleo, reconstruído por casais onde um ou ambos são egressos de casamentos ou uniões anteriores. Eles trazem para a nova família seus/suas filhos/as e, muitas vezes, têm, filhos em comum. É a clássica expressão: “os meus, os teus, os nossos...”

Fonte: WEBER, (2018, 58-59).

A família constitui-se como uma forma de socialização, onde os sujeitos terão suas experiências e ensinamentos de vida. Diante disso, a família passa a ter a responsabilidade de participar da vida dos seus membros e de acompanhar durante a fase de desenvolvimento. Carvalho (2000, p. 16) enfatiza que “a família é revalorizada na sua função socializadora. [...] é convocada a exercer autoridade e definir limites. Espera-se uma socialização mais disciplinar e menos permissiva junto a crianças e adolescentes [...]”, isto é, a família passa a ter um novo valor na função de socializar os seus membros, ela busca exercer a sua autoridade impondo limites não como uma forma punitiva e sim uma forma mais tolerante de socialização.

Szymanski (2000) sinaliza algumas questões referentes à família, como seu caráter contraditório havendo pessoas emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas ou como uma família geradora de inseguranças, incertezas, desequilíbrios e desvios de comportamento. No que se refere às novas configurações familiares, de acordo com Gomes, (1988) apud Szymanski (2000, p. 25) há duas formas de apreender a família, como sendo a família pensada que pode ser conceituada como:

Uma família exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas

envolvidas e expectativa da dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto, dentro de uma ordem hierárquica estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida, a partir do modelo pai-mãe-filhos estável.

Portanto, as famílias têm diversas interpretações e cada uma tem suas características próprias, são entendidas como o espaço íntimo, na qual ela mesma cria suas próprias teorias e convicções e isso vai se construindo ao longo do tempo passando de geração em geração. Szymanski (2000, p. 25) situa que “cada família circula num modo particular de emocionar-se, criando uma “cultura” familiar própria, com seus códigos, com uma sintaxe própria para comunicar-se e interpretar comunicações, com suas regras, ritos e jogos”.

Outra maneira de se pensar em famílias é a *família vivida*, que podemos observá-la no cotidiano das relações, Gomes (1988) apud Szymanski (2000, p. 26) destaca que a família vivida pode ser descrita como:

Um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecerem nesse contexto.

Esta concepção diz respeito a uma ligação afetiva, seja de qualquer arranjo familiar. A relação entre os membros pode ser “duradoura” o que não quer dizer que seja “definitiva”, irá depender de como essas relações se estabelecem. A família vivida não é viver uma outra forma de família é o caminho que não foi planejado, ela foi “imposta” pelas mudanças da vida.

Conforme Bilac (2000, p. 30) a família era pensada sob a perspectiva da reprodução da força de trabalho, diante disso partiu para a perspectiva da reprodução social. Ainda de acordo com Bilac (2000), foi o pensamento feminista que trabalhou o conceito de reprodução entendido como “esfera” ou “instância” característica da vida social, designada à produção social da vida dos seres humanos, tanto em termos cotidianos quanto geracionais. Evidencia-se que esta esfera foi organizada a partir das relações de gênero e fundou-se na divisão sexual do trabalho, articulada, entretanto, da esfera da produção de bens e serviços, espaço beneficiado para a análise da subordinação feminina.

O termo família foi inventado para indicar um novo organismo social, no qual havia um “chefe” que mantinha sob sua dominação e autoridade a mulher, filhos,

escravos e sob eles tinham o absoluto poder de vida e morte. A partir disso, o termo família tem indicado instituições e agrupamentos sociais muito diferentes, entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções. Estes grupos historicamente não tiveram necessariamente a reprodução cotidiana ou geracional como função própria e única, há momentos em que desempenharam simultânea e prioritariamente, funções políticas e econômicas, conforme Bilac (2000, p. 31);

Desta forma, a variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer conceito geral da família. Ao mesmo tempo, a generalização do termo “família”, para designar instituições e grupos historicamente tão variáveis, termina por ocultar as diferenças nas relações entre reprodução e as demais esferas da vida social.

Com as transformações recentes na vida familiar, percebe-se que família está ganhando importantes alterações nos seus padrões, de acordo com Bilac (2000, p. 35) “[...] estas mudanças significam a renovação dos modelos já existentes ou a emergência de novos modelos?”. Isto significa que com as concepções de família surgem novos “status” familiares aos quais correspondem aos novos papéis atribuídos socialmente, e essas mudanças na organização da família se dão principalmente, a partir das mudanças na condição feminina que afetam diretamente os papéis masculinos.

A compreensão da família varia conforme a vertente teórica que a estuda, as análises sobre a diversidade das formas familiares, seus arranjos e as relações que a família estabelece com outras esferas da sociedade e os seus processos presentes. Sarti (2000, p. 39) salienta que;

Essas mudanças correspondem a uma ação deliberada, no sentido de um projeto emancipador que institui novos padrões de comportamento, mas que só foi possível por mudanças, na realidade exterior à família, que afetam de maneira decisiva esta esfera da vida social, transformando-a fatalmente. Acontece que a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação.

A família é uma das esferas da vida social, que regula as atividades biológicas, constitui-se como um grupo de pessoas que interligam-se de certa forma por algum tipo de vínculo, seja pelo casamento, parentesco ou por afinidade. Conforme Sarti (2000, p. 40);

A família vai ser a concretização de uma forma de viver os fatos básicos da vida; ela se relaciona com o parentesco, mas não se confunde com ele. O parentesco é uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consanguinidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho e mãe e filho; e a relação de afinidade que se dá através do casamento. Esta é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações. A família é o grupo social concreto através do qual se realizam estes vínculos.

As novas configurações assumidas pela família estão condicionadas as transformações da sociedade contemporânea, isto é, as transformações econômicas e sociais. A família, no capitalismo deixou de ser uma “unidade de produção”, essa mudança que a economia capitalista provocou fazendo com que a família constituisse como “unidade de consumo”. Assim, as transformações societárias fizeram com que as famílias buscassem formas para suprir suas necessidades, traçando estratégias para a sobrevivência de seus membros.

Partindo do pressuposto em que a sociedade está em pleno desenvolvimento, o que implica diversas discussões que permeiam a categoria família, não podemos deixar de mencionar o adultocentrismo, onde a hierarquia do adulto se impõe sobre a criança. O adultocentrismo conforme Santiago e Faria (2015, p. 73) refere-se a:

[...] um dos preconceitos mais naturalizados pela sociedade contemporânea. Ele atribui capacidades e fazeres às crianças para que se tornem adultas no futuro, desconsiderando os aspectos singulares da própria infância, tornando esse momento da vida apenas uma passagem, apenas um vir a ser, em que aprendemos a nos relacionar e a nos integrar à sociedade.

A educação adultocêntrica encontra-se enquanto um dos principais fatores para a presença da violência no âmbito familiar. Nesse sentido, o próximo tópico será abordado as principais expressões da violência intrafamiliar, onde será aprofundado como a educação adultocêntrica e outros fatores se manifestam nas relações familiares e os impactos na vida dos sujeitos.

### **3.2 As expressões de violência no contexto familiar**

O termo violência advém do “latim violentia que significa caráter violento ou bravo, força, vigor, potência, emprego de força física. Significa também quantidade, abundância, essência e força em ação” (BONAMIGO, 2008, p. 205). Ou seja, violência é entendida como o uso da força física, agressividade contra o outro.

Para Michaud (1989), apud, Bonamigo (2008, p. 205) “a etimologia do termo evidencia a ideia de uma força não qualificada, que se torna violência apenas quando passa da medida, quando perturba uma ordem, quando rompe acordos e regras que ordenam relações”. Portanto, compreende-se que existem vários significados sobre violência estando presente em todas as classes sociais.

Segundo as autoras Pedersen e Grossi (2011, p. 26) o conceito de violência;

[...] caracteriza ações e/ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos, sobretudo quando tais ações e/ou omissões forem praticadas contra crianças e adolescentes, que, por estarem em uma condição peculiar de desenvolvimento, precisam de cuidado e proteção.

No que tange essa problemática, vale ressaltar que a violência sempre esteve presente na sociedade e com ela várias expressões se desencadeiam, pois a violência é um processo que historicamente vêm se perpetuando e cada vez mais atinge todas as classes sociais. De acordo com Vieira (2015) a violência sempre esteve presente desde o início, ou seja, a origem da violência não está apenas no comportamento humano, mas, existem outros fatores que expressam a sua manifestação.

É importante mencionar que “a violência é uma ação que atinge sujeitos inseridos em processos sociais reconstruídos sob dadas condições históricas que irão ou não potencializar ações de violência” (VIEIRA, 2015, p. 71). Isto é, a violência está atrelada a processos sociais em que as condições históricas irão reforçar ou não atos de violência.

Destaca-se que, a violência sempre esteve presente ao longo do processo de socialização, onde por muito tempo crianças e adolescentes eram vistos e tratados com inferioridade, pois, não eram considerados sujeitos de direito que necessitavam de proteção e cuidado, estando mais vulneráveis a violência por parte dos adultos. Para Vieira (2012, p. 264) “[...] uma das grandes armadilhas, para a legitimação da violência sexual contra crianças e adolescentes, situa-se na reprodução de valores conservadores, embasados na dominação da mulher pelo homem e na inferiorização da criança”.

Esta é a forma como a sociedade está organizada, visto que ainda existem traços conservadores, que contribuem para que a violência esteja presente no cotidiano desses sujeitos. Segundo Saffioti (2007) apud Vieira (2012) a dominação-

exploração significa relações desiguais de gênero onde essas relações de poder estão intrincadas diretamente, fazendo com que a criança esteja submetida ao poder do adulto.

Percebe-se que as desigualdades expressa-se também por meio da “*educação adultocêntrica*” que de acordo com Azevedo (2001) consiste em relações de poder do adulto sobre a criança, sendo este um sujeito fraco e inferior não tendo autonomia de suas vontades e desejos fazendo com que esses indivíduos estejam submetidos ao poder do adulto e sendo desrespeitados. Nesse sentido, o adulto legitima sua força, o poder hierárquico para com a criança, utilizando-se de práticas violentas como forma de educar crianças e adolescentes. Para Pedersen (2009, p. 27) destaca que;

[...] Na relação de poder adultocêntrica, as necessidades e os direitos das crianças e adolescentes são submetidos a uma condição hierarquicamente inferior à dos adultos, chegando a uma valorização oscilante, associados/transformados em adultos em miniatura.

Destaca-se que, o adultocentrismo não se estabelece apenas na autoridade por parte do gênero masculino/adulto sobre a criança, também acontece com o gênero feminino/adulto, o que caracteriza uma relação de poder que existe entre os sujeitos independente do sexo. Saffiotti (2007, p. 17) enfatiza que “[...] Há uma hierarquia, na qual o poder do adulto destina-se a socializar a criança, a transformá-la em um adulto à sua imagem e semelhança”.

Vale ressaltar que, o adultocentrismo está muito ligado com as normas sociais estabelecidas entre adultos e crianças, onde a cultura ainda está impregnada na sociedade fazendo com que o adulto seja o dominador, ditando regras e que as crianças sejam submetidas às vontades dos adultos o que torna evidente a hierarquia “o homem adulto é o mais poderoso, e a criança é destituída de qualquer poder” (SAFFIOTTI, 2007, p. 51). Isto é, nessa relação de poder o adulto tem o poder absoluto fazendo com que a criança não tenha voz diante de qualquer situação.

As violências interpessoais são aquelas que possuem algum tipo de relação estabelecida entre os indivíduos, que podem ser: negligência, abusos físicos, abusos psicológicos e sexuais. De acordo com Scobernatti (2005) apud Pedersen e Grossi (2011, p. 27) a violência intrafamiliar constitui-se como desencadeante de outros tipos de violência, onde podemos elencar a;

Negligência, que se expressam pela indiferença e pela rejeição afetiva manifestadas por humilhações e depreciações constantes que bloqueiam os esforços de autoaceitação da criança; ou, ainda, podem ser caracterizadas pela omissão dos pais ou responsáveis em garantir os cuidados e a satisfação das necessidades da criança e do adolescente, sejam elas primárias (alimentação, higiene e vestuário), secundárias (escolarização, saúde e lazer), ou terciárias (afeto e proteção);

Abuso físicos, geralmente associados a uma forma de punição ou disciplina, sendo que, com frequência, é possível encontrar a marca do instrumento utilizado na agressão, como: cintos, fivelas, cordas, correntes, dedos e dentes, bem como queimaduras, hematomas e fraturas;

Abusos psicológicos, presentes em todas as formas de violência, embora possam ocorrer isoladamente e variar desde a desatenção ostensiva até a rejeição total. É muito difícil serem documentados e diagnosticados, porque não deixam marcas visíveis;

Abusos sexuais, definidos como qualquer interação, contato ou envolvimento da criança ou adolescente em atividades sexuais que ela não compreende, nem consente. Inclui todo ato ou relação sexual erótica, destinada a buscar prazer sexual. A gama de atos é bastante ampla abrangendo atividades sem contato físico (voyeurismo, cantadas obscenas, etc.) ou com contato físico (implicando diferentes graus de intimidade que vão dos beijos e carícias nos órgãos sexuais até cópulas oral, anal ou vaginal); e atividades sem emprego da força física ou mediante emprego da força física.

Krüger e Silva (2013, p. 19) referem que o abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso podem ser definido “[...] como qualquer forma de atividade sexual entre uma criança e um membro imediato da família (pai, padrasto, irmão), extensivo (tio, avô, tia, primo) ou parentes substitutos (um adulto o qual a criança considere como um membro da família)”. O abuso sexual intrafamiliar pode ocorrer com qualquer pessoa que tenha vínculo consanguíneo ou não com crianças e adolescentes, tal fenômeno perpassa todas as classes sociais, assim como pela dominação de gênero e raça, por meio de relações de autoritarismo estabelecidas entre adultos e crianças.

Azevedo e Guerra (2007) salientam que a violência intrafamiliar é entendida como interpessoal, onde o poder autoritário dos pais ou responsáveis se prolonga por muito tempo, é um processo que muitas vezes vêm seguido de maus tratos à vítima, “trata-se de um fenômeno que, embora não se restrinja ao lar, tem nele sua origem e sua ecologia privilegiada” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 43 ).

Segundo Pedersen (2009) a violência é socialmente construída nas relações de poder, isto é, nas relações de gênero, raça, classe social, ou seja, a violência intrafamiliar constitui-se como uma forma divergente entre homens e mulheres, na divisão desigual de renda dentre outros fatores como raça/etnia.

Para Guerra (2008, p. 32-3) violência é:

[...] todo o ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que- sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima- implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento.

Portanto, a violência intrafamiliar praticada contra crianças e adolescentes expressa todo ato ou omissão cometido por qualquer pessoa que tenha vínculo com a vítima ou que tenha uma relação próxima causando algum tipo de sofrimento, fazendo com que os direitos destes sujeitos sejam violados por serem indivíduos que estão em pleno desenvolvimento físico, cognitivo e emocional.

Importa salientar que, as violências abordadas são oriundas da violência estrutural, de acordo com Minayo (1994, p. 8) “[...] à violência do comportamento se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos [...]”, isto é, a violência estrutural é atribuída por instituições clássicas da sociedade e apresenta as formas de dominação de classe.

Pedersen e Grossi (2011, p. 29) enfatizam que a violência estrutural “[...] se manifesta na desigualdade, na exploração, nas relações de poder, na precariedade de condições do capitalismo moderno, articulando-se com as formas particulares de violência”. Portanto, a estrutura das relações de violência é econômica, cultural e de poder.

A violência estrutural é caracterizada por condições adversas, ela não é natural, é socialmente produzida, onde há um processo de vitimação, que de acordo com Pedersen (2009, p. 25) “são consequências da desigualdade social”, gerando fome, pobreza, o não acesso as necessidades básicas de sobrevivência.

A violência estrutural na vida das crianças e adolescentes ocasiona diversas consequências na qual estão presentes no cotidiano desses sujeitos, ou seja, habitações precárias, falta de saneamento básico, baixo rendimento escolar, dentre outros, irá impactar diretamente a vida desses sujeitos, pois essas situações de vulnerabilidade e privações fazem com que crianças e adolescentes vivenciem atos de violência física, sexual e psicológica dentro do âmbito familiar.

No próximo capítulo são apresentados os dados da pesquisa, onde são discutidos os resultados obtidos, que tiveram o intuito de fazer uma reflexão sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes no âmbito familiar.

## **4 O COTIDIANO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: aproximações com os fatores que o determinam**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica, pela qual se buscou problematizar o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes. Diante disso, foram pesquisados artigos científicos sobre o tema, com o intuito de compreender os fatores que perpassam a realidade desses sujeitos.

Os dados propõem demonstrar como as formas de abuso sexual intrafamiliar praticado contra crianças e adolescentes impactam em suas vidas. Além disso, os resultados evidenciaram que as formas de abuso sexual intrafamiliar praticados contra crianças e adolescentes mais frequentes foram com contato físico: masturbação, sexo oral, e aquelas seguidas do abuso sexual sem o contato físico, a pornografia, o assédio sexual, voyeurismo, exibicionismo.

Pode-se perceber que o abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes está presente na sociedade brasileira e que esse fenômeno está atrelado ao sistema patriarcal, ao machismo, a educação adultocêntrica e a falocracia, desse modo os dados coletados apontam que essas são determinações que incidem para a presença do abuso sexual no âmbito das relações familiares.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: no primeiro momento discorre-se sobre as principais manifestações do abuso sexual dentro das relações familiares. No segundo momento, busca-se compreender como se estabelece a dinâmica entre adultos e crianças em famílias em que há situações de abuso sexual e por fim, identifica-se as reações que se expressam diante a quebra do silêncio familiar envolvendo abusos sexuais contra crianças e adolescentes.

### **4.1 As manifestações do abuso sexual no interior das relações familiares**

Para iniciar a discussão de como o abuso sexual intrafamiliar é praticado contra crianças e adolescentes estando presente no seu cotidiano é necessário conceituar o que é abuso sexual, a partir de alguns autores que discutem a temática.

Sobre o abuso sexual Azevedo e Guerra (2007, p. 42) referem que é:

[...] todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

O abuso sexual é uma relação entre os indivíduos com crianças e adolescentes, que tem por objetivo a satisfação sexual e, com isso os adultos utilizam a sedução, a ameaça para legitimar seus interesses sexuais. Para Bretan (2012, p. 105-106) o abuso sexual é:

O envolvimento da criança em atividade sexual do qual ele/ela é incapaz de dar consentimento informado, ou para a qual a criança não tem preparo, em termos de desenvolvimento para dar consentimento, ou que viola as leis ou os tabus sociais de uma sociedade. O abuso sexual de uma criança é evidenciado por uma atividade entre uma criança e um adulto, ou entre uma criança e um adolescente que, por idade ou desenvolvimento, está em relação de responsabilidade, confiança ou poder.

Diante do exposto acima, pode-se compreender que o abuso sexual acontece com o não consentimento da vítima, podendo ser praticado não somente por adultos, mas também por adolescentes na qual a criança confia e sente-se segura. Conforme Abrapia (2002, p. 8) “O abuso sexual é uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder [...]”.

Os dados coletados mostram que os 12 artigos analisados referem que os abusos sexuais ocorreram no interior das famílias, configurando abuso sexual incestuoso como aborda as autoras Sufredine, Moré e Krenkel (2015, p. 266)<sup>4</sup> “*O abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso acontece nas relações em que o adulto que abusa deveria assumir uma função de proteção, ainda que o vínculo não seja de consanguinidade*”.

Vale salientar que, existem divergências na conceituação de incesto que pode ser entendido quando dois adultos com laços consanguíneos resolvem ter relação sexual, e o abuso sexual incestuoso é quando um adulto tem relação sexual com uma criança proferido pelo uso da violência (coerção e coação).

Para Cohen (2009, p. 224) a definição de incesto caracteriza-se:

---

<sup>4</sup> As citações em itálico são extratos dos artigos analisados na amostra.

[...] como um abuso sexual intrafamiliar, com ou sem violência explícita, caracterizado pela estimulação sexual intencional por parte de algum dos membros do grupo que possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio. Portanto, as características do incesto são: o abuso sexual e o vínculo familiar.

Ou seja, o incesto é caracterizado como qualquer ato sexual envolvendo tanto crianças, adolescentes e adultos, que tenham laços consanguíneos ou que tenham uma relação de proximidade. O quadro número 3 refere-se a conceituação de abuso sexual incestuoso encontrado nos artigos pesquisados.

Quadro 3 – Categoria Abuso Sexual Incestuoso

<b>CATEGORIA: ABUSO SEXUAL INCESTUOSO</b>
Artigo 2 - Esse abuso sexual em seu caráter intrafamiliar é também percebido por algumas autoras como Saffioti (1999) e Forward e Buck (1989) como incesto, ou abuso sexual doméstico, conforme Faleiros (2000) apud Lima; Alberto (1995, p. 1159).
Artigo. 5 - A violência sexual ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso, e assédio sexual (BRASIL, 2001). Azevedo e Guerra (1998) classificam o abuso sexual em três tipos: os que envolvem contato físico ( passar a mão, o contato oral e/ou genital e o uso do ânus); o que não envolvem contato físico ( a verbalização de palavras obscenas, o exibicionismo que é exibir o corpo ou parte dele para a criança; e ou voyeurismo, a observação da nudez da criança) e os que envolvem violência (estupro). (CÓTICA, XAVIER; EYGO, 2015, p. 20).
Artigo 7 - O abuso sexual pode ser intra ou extra familiar e sua dinâmica se assemelha em alguns aspectos. Entre eles o mais frequente e mais danoso é o intrafamiliar, na qual o incesto é atributo observado com maior frequência o de pais ou padrastos para com filhas do que para com filho. (GOMES; FARIA, 2017, p. 220).
Artigo.8- O abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso acontece nas relações em que o adulto que abusa deveria assumir uma função de proteção, ainda que o vínculo não seja de consanguinidade (HABIGZANG et al., 2005 apud SUFREDINI; MORÉ, KRENKEL, 2016, p. 266).
Artigo.11- O abuso sexual pode ocorrer dentro na própria família, categorizado como intrafamiliar e também conhecido como incestuoso. (SANTOS; SILVA; GONÇALVES, 2018, p. 6).
Artigo.12 No caso do abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso trata-se daquele em que ocorre o envolvimento do contexto familiar. (PORTES; SENRA, 2015, p. 2).

Fonte: Sistematização da acadêmica, 2019.

Entre as 12 produções analisadas a categoria incesto e/ou abuso sexual incestuoso apareceram em 6 produções pesquisadas, referindo-se ao abuso sexual

intrafamiliar como uma das principais formas de violência praticada contra crianças e adolescentes, observa-se que o abuso sexual intrafamiliar é cometido por indivíduos que possuem laços consanguíneos e/ou afetivos com as vítimas sendo esses amigos, vizinhos dentre outros.

Portanto, vale salientar que o abuso sexual subdivide-se em duas categorias, com contato físico e sem o contato físico, com contato físico o/a autor/a utiliza de estratégias como a masturbação, carícias dentre outros para a satisfação sexual e sem o contato físico onde recorrem ao exibicionismo, voyeurismo dentre outras formas.

Faleiros (2001, p. 68) o “[...] incesto significa à dominação do mais forte sobre o mais fragilizado”, isto é, quando o adulto utiliza do poder que lhe é socialmente atribuído para legitimar sua autoridade sob a criança e/ou adolescente, pode-se dizer que nem todo incesto envolve situações de violência.

Os dados da pesquisa apontaram que no total de 12 produções analisadas, o abuso sexual com contato físico aparece nas seguintes modalidades: (3) penetração vaginal, (3) sexo oral, (3) carícias, (1) masturbação e (4) sexo anal.

Para Childhood (2015) o abuso sexual com contato físico refere-se a carícias na genitália, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal. Essas são violações típicos de abuso sexual com contato físico, na qual o/a autor/a do abuso sexual utiliza o contato forçado, como beijos e toques em outras partes do corpo.

Para Sanderson (2005, p. 14) o abuso sexual com contato físico abrange um dinamismo sexual como:

[...] beijar a criança com a boca aberta de maneira inapropriada; excitar a criança com toques e carícias; tocar os genitais ou as partes de uma criança para prazer sexual; fazer a criança tocar o genital de outra pessoa; brincar de jogos sexuais; masturbar a criança; fazer com que ela masturbe o abusador ou que ambos se masturben; fazer sexo oral (felação ou conilíngua na criança; no abusador ou mútuas); ejacular na criança; colocar objetos, doces, pequenos brinquedos na abertura vaginal/reta da criança e depois tirá-los; introduzir na vagina ou ânus grandes objetos, inclusive os usados por adultos; penetrar a ânus ou a abertura renal com os dedos; penetrar o ânus ou a abertura retal com o pênis (sodomia); penetrar a vagina com os dedos; penetrar a vagina com o pênis; colocar o pênis entre as coxas de uma criança e simular o coito “coito seco”; forçar a criança a praticar atividades sexuais com outros adultos ou crianças; coagir a criança a participar de um círculo de pedofilia; filmar a atividade sexual com adultos ou crianças; forçar a criança a praticar atividade sexual coma animais bestialidade.

Sobre o abuso sexual intrafamiliar, a amostra apontou que o estupro é o abuso sexual com contato físico que mais se evidencia, sendo um crime sexual previsto em lei, conforme a autora Martins (2016, p.1);

*O estupro, um tipo de abuso sexual, é um crime universal, ilegal e subnotificado, praticado contra a liberdade sexual de uma pessoa. Pode ser definido como um ato de força em que a pessoa agressora obriga a outra a manter relação sexual contra sua vontade.*

Deste modo, o estupro é entendido como uma forma de abuso sexual na qual o/a autor/a utiliza da força para obrigar a vítima a manter relações sexuais. Esta forma de abuso sexual está prevista na Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 entendida como: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009). Portanto, o estupro caracteriza-se como um crime que viola os direitos sexuais, das crianças e adolescentes. De acordo com a Lei 8.069/90 (ECA), o artigo 5º refere que;

Art5º: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990).

O estupro é entendido como forçar alguém a praticar sexo, sem o consentimento, essa prática é acompanhada de violência e ameaça (BURNIER, 2011). Teles e Melo (2003, p. 41) destacam que o:

Estupro significa ato de constranger alguém a ter relações sexuais, sem desejo e sem consentimento, mediante o uso da violência física, psicológica ou de graves ameaças, podendo ocorrer tanto na esfera privada como nos espaços públicos, e ser praticado por pessoa conhecida ou não da vítima.

Ou seja, o estupro é considerado um ato perverso que vem acompanhado também de violência e ameaça, ocorre muitas vezes no próprio lar ou em qualquer outro ambiente por pessoas que são próximas ou não da vítima. Neste mesmo viés podemos destacar o estupro de vulnerável que conforme o Art. 218 da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, significa “Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem”, isto é, o estupro de vulnerável é uma forma de abuso sexual praticado contra crianças menores de quatorze anos de idade, ou seja,

são indivíduos mais propícios a sofrer este tipo de violência por serem mais vulneráveis.

Pode-se destacar que, o estupro de vulnerável está ligado ao modo em que a sociedade está organizada, pois, temos ainda uma sociedade machista e conservadora o que leva muitas vezes indivíduos a praticarem abusos sexuais, físicos e psicológicos contra crianças e adolescentes. Evidencia-se que as práticas cometidas contra crianças estão imbricadas nas relações entre adultos e crianças, deste modo podemos mencionar o perfil do/a autor/a que comete o abuso sexual.

Os dados mostraram que em todos os artigos analisados o abuso sexual é cometido pelo gênero masculino. Nesse tocante, Saffioti (2004, p.44) refere que:

[...] teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens [...].

Assim, o abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes está intrínseco a cultura patriarcal, ao machismo e a opressão.

Sobre o vínculo do/a autor/a do abuso sexual, os dados extraídos dos artigos demonstraram que (7) foram pais, (5) padrasto, (3) avô, (5) tio, (1) primo. Durante a análise de dados, evidenciou-se que não foram apenas questões de vínculo que reforçam as situações de abuso sexual intrafamiliar, existem outros fatores que contribuem, como mencionam Borges e Zingler (2013, p. 459):

Existem vários fatores de risco para a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar, entre os quais se incluem: a presença de padrasto no contexto familiar; conflitos conjugais; uso abusivo de álcool ou drogas; ruptura de vínculos afetivos; desemprego; ausência ou passividade da mãe; intergeracionalidade da violência; abuso físico e abandono; pais não trabalharem e permanecerem muito tempo em casa com os filhos; transtorno psiquiátrico dos pais; dificuldades financeiras; violência doméstica e outras formas de violência; e exposição das meninas a outros tipos de maus-tratos.

Deste modo, podemos mencionar que o sistema patriarcal como categoria emergente na análise, refere-se à dominação do homem sobre a mulher, onde o machismo está presente na sociedade contemporânea e atravessa as relações conjugais. Para Saffioti (1987, p. 51) o patriarcado não está presente apenas na sociedade ela também está nas relações familiares onde:

[...] pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente no campo político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico [...] na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menos salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica potente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração.

Nota-se que a ideologia machista e conservadora são as principais formas para a reprodução de situações de dominação e exploração, entre homens e mulheres, onde as “relações sociais de gênero altamente assimétricas, consagrando-se a subordinação da mulher ao homem, em que há, no processo de socialização do macho, um certo culto à violência” (SAFFIOTI, 2007, p. 56).

Deste modo, vale ressaltar que a desigualdade de gênero é fator determinante em situações de violência sexual, onde este fenômeno ocorre através da discriminação entre os gêneros masculino e feminino, fazendo com que tenha uma subordinação por parte da mulher para com o homem e este quase sempre utiliza da violência para legitimar sua força/poder. De acordo com Araújo (2008, s/p) refere que;

A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência. Dentro dessa ótica, a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que está na base das representações de gênero que legitimam a desigualdade e dominação masculina internalizadas por homens e mulheres.

Portanto, a violência perpassa as relações sociais, de gênero, classe social, raça/etnia, onde os papéis sociais são socialmente produzidos nas relações de poder e força, onde são atribuídos ao gênero masculino formas de dominar e controlar o gênero feminino e utiliza da violência como forma de legitimar seus interesses.

Sendo assim, Vieira (2015, p. 141) refere que;

O caldo cultural machista da sociedade brasileira faz com que valores e posturas conservadoras interajam e interpenetrem-se no cotidiano das relações, incidindo para a reprodução da violência e construindo diferenciações assimétricas de gênero e geração.

Portanto, a violência de gênero é um fator determinante para compreender a violência sexual, pois, deve-se levar em conta que a cultura machista está presente, fazendo com que valores conservadores estejam no cotidiano das relações familiares, incidindo para que a violência se perpetue de geração em geração.

Outra categoria emergente refere-se à falocracia, que se configura na supervalorização do homem na família, este ganha a centralidade, de acordo com Ssffiotti (1995, p.83) “a falocracia se assenta na violência. Pode-se, por conseguinte, afirmar: embora nem toda violência seja de gênero, todo machismo é violento”. Ou seja, a falocracia indica violência construída a partir da desvalorização da mulher no contexto familiar. Portanto a falocracia irá referir-se a supervalorização do homem adulto na família.

Destaca-se que, as principais formas de abuso sexual que ocorrem sem o contato físico, encontrados nas 12 produções analisadas são: exibicionismo (4 artigos), voyeurismo (3 artigos), sensorial (1 artigo), assédio sexual (2 artigos), abuso sexual verbal (1 artigo) e pornografia (3 artigos) como formas de abuso sexual sem contato físico, que segundo Abrapia (2002, p. 9);

**Exibicionismo:** a intenção, neste caso, é chocar a vítima. O exibicionista é, em parte, motivado por esta reação. A experiência pode ser assustadora para as vítimas;

**Voyeurismo:** o voyeur obtém sua gratificação através da observação de atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, estando normalmente em local onde não seja percebido pelos demais. A experiência pode perturbar e assustar a criança ou o adolescente. A Internet é hoje a grande vitrine para o voyeur.

Vivarta (2003, p. 128) refere outra forma de abuso sexual sem o contato físico a “violência sexual sensorial: exibição de performance sexualizada de forma a constranger ou ofender a criança ou o adolescente, tais como pornografia, linguagem ou imagem sexualizada e assédio”. Isto é, uma forma de abuso sexual que o/a autor/a utiliza para sua satisfação sexual sem que haja o contato físico com crianças e adolescentes.

Os dados mostram também o assédio sexual como uma manifestação de abuso sexual sem contato físico, que conforme Vivarta (2003, p. 126);

Assédio sexual: caracteriza-se pelo ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua ascendência ou superioridade hierárquica sobre a vítima, em função de exercício de emprego ou cargo.

Teles e Melo (2003, p.38) enfatizam que “o assédio sexual é um ato de poder em que uma pessoa que ocupa posição superior [...]”, ou seja, o sujeito que pratica este tipo de abuso sexual aproveita de sua condição, enquanto ‘chefe/patrão’ para fazer insinuações de cunho sexual, sob ameaças e chantagens. Por exemplo, quando a criança e/ou adolescente passa a ser intimidada ou até mesmo se sentir desconfortável diante de alguma situação constrangedora, como ser insultada, ouvir piadas com caráter obsceno e sexual, dentre outros.

O abuso sexual sem contato físico também se manifesta por meio do abuso sexual verbal que consiste em conversas abertas sobre atividades sexuais, com o intuito de estimular o interesse dos sujeitos ou chocá-los (ABRÁPIA, 2002). Outra forma de abuso sexual mas, que não aparece na amostra refere-se a prática de sexo entre os pais, ou seja, quando os filho/as ficam expostos no mesmo local da intimidade do casal, demonstrando um campo aberto para novos estudos.

Os dados também evidenciaram a pornografia, que consiste em imagens, revistas e vídeos o que possibilita que crianças e adolescentes tenham acesso a materiais pornográficos excitando-as sexualmente. De acordo com Vivarta (2002, p. 127);

Produção e divulgação de cenas de sexo entre crianças e de adultos com crianças. Forma de violência sexual, não só contra os meninos e as meninas utilizadas, mas contra todos aqueles que têm acesso a essas informações. É uma violência informativa.

Portanto, pode dizer que a pornografia infantil é uma forma de abuso sexual sem o contato físico, que consiste em um ato que o/a autor/a utiliza para se satisfazer sexualmente, para Childhood (2015, s/p) “a pornografia é considerada abuso sexual quando uma pessoa mostra material pornográfico à criança ou ao adolescente”, ou seja, o/a autor/a usufrui de materiais de cunho pornográfico através de exposição de imagens como jornais, revistas, vídeos erotizados de crianças e adolescentes.

No quadro número 4 são abordados as manifestações de abuso sexual com contato físico e sem contato físicos retirados dos artigos pesquisados.

Quadro 4- Manifestações expressas nos artigos referente ao abuso com contato físico e sem contato físico.

<b>ABUSO SEXUAL COM CONTATO FÍSICO</b>	<b>ABUSO SEXUAL SEM CONTATO FÍSICO</b>
<p>Artigo 1 - Usualmente, a vítima sofre com ferimentos advindos de tentativas de enforcamento; lesões genitais que não se dão somente pela penetração e sim por meio da introdução de dedos e objetos no interior da vagina das vítimas; lesões que deixam manifesto o sadismo do agressor, como queimaduras por cigarro, por exemplo; lacerações dolorosas e sangramento genital; irritação da mucosa da vagina; diversas lesões anais, tais como a laceração da mucosa anal, sangramentos e perda do controle esfinteriano em situações onde ocorre aumento da pressão abdominal. (FLORENTINO, 2015, p. 141).</p> <p>Trecho 2 O comportamento sexual inapropriado é caracterizado por brinquedo ou brincadeiras de cunho sexual com bonecas; introduzir objetos ou dedos no ânus ou na vagina; masturbação excessiva; comportamento sedutor; conhecimento sexual inapropriado para a idade e pedido de estimulação sexual para adultos ou outras crianças. (FLORENTINO, 2015, p. 143).</p>	<p>Artigo 7 - a diversidade no ato e sua dinâmica determinarão a classificação do abuso que pode variar entre incesto, estupro, sedução, assédio sexual, atentado violento ao pudor ou exploração sexual. (GOMES; FARIA, 2017, p. 919).</p>
<p>Artigo 4 - O estupro, um tipo de abuso sexual, é um crime universal, ilegal e subnotificado, praticado contra a liberdade sexual de uma pessoa. Pode ser definido como um ato de força em que a pessoa agressora obriga a outra a manter relação sexual contra sua vontade. (MARTINS, 2016 p.1).</p>	<p>Artigo 8 - Ocorre por meio de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaça ou indução de sua vontade, podendo variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyerismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração (HABIGZANG et al., 2011;</p>

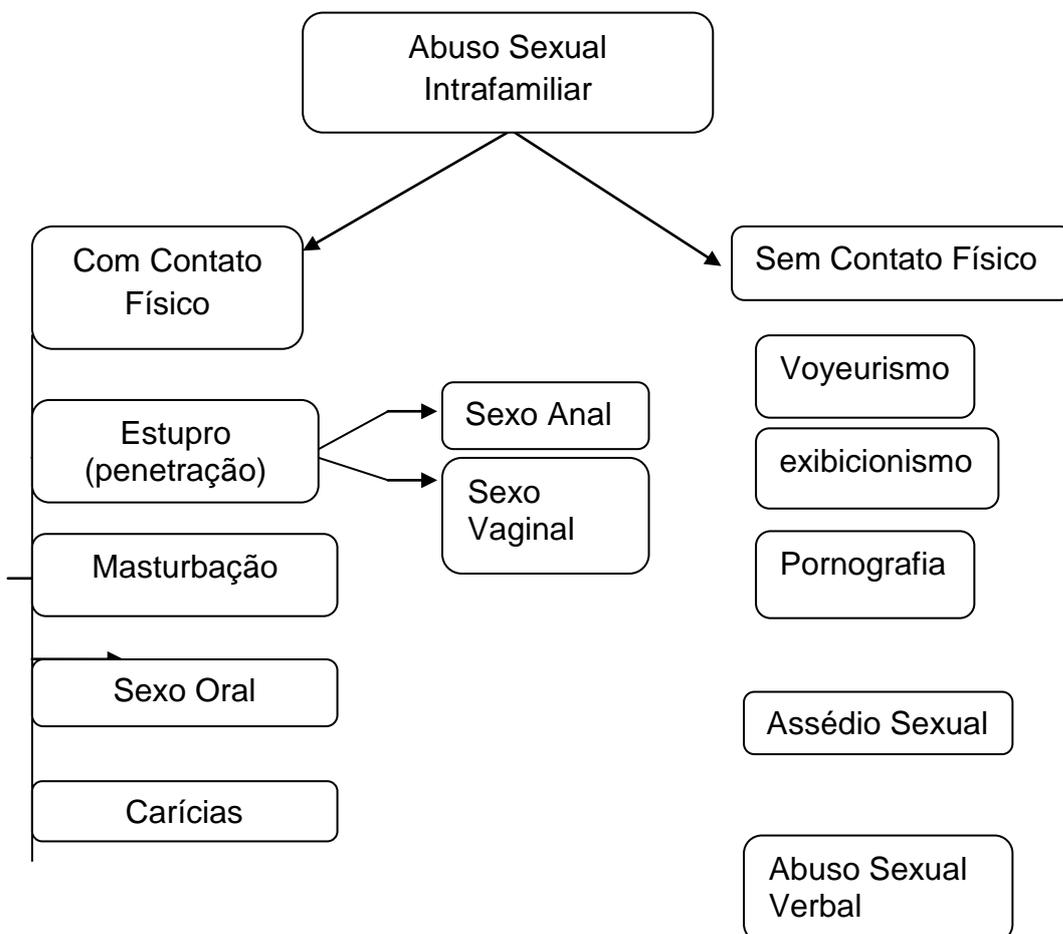
	WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004 apud SUFREDINI, et al., 2016, p. 266).
<p>Artigo 5 - A violência sexual ocorre em uma variedade de situações como estupro, sexo forçado no casamento, abuso sexual infantil, abuso incestuoso, e assédio sexual (BRASIL, 2001).</p> <p>Azevedo e Guerra (1998) classificam o abuso sexual em três tipos: os que envolvem contato físico (passar a mão, o contato oral e/ou genital e o uso do ânus) [...].</p>	[...] o que não envolvem contato físico (a verbalização de palavras obscenas, o exibicionismo que é exibir o corpo ou parte dele para a criança; e ou voyeurismo, a observação da nudez da criança)[...]
<p>Artigo 6 - Os abusos nem sempre são violentos alguns podem iniciar com carícias por meio de uma coerção sutil da criança que devido ao seu estado de desenvolvimento, não compreende como algo proibido o que acaba sendo transpassado pela falsa concepção de consentimento da vítima. (VIEIRA, 2018, p. 35).</p>	
<p>Artigo 11 - Esse autor tem por desejo estimular sexualmente ou utilizá-la para obter prazer sexual, que pode ocorrer pela manipulação, contato oral, genital, estimulação ou a penetração anal [...].</p>	[...] No entanto, pode levar a práticas eróticas e sexuais sem produzir contato físico, como exibicionismo, produção de fotos, manipulação da genitália, entre outros. (SANTOS, SILVA, et al., 2018, p. 4-5).
<p>Artigo 12 - As crianças e adolescentes que sofrem essa violência sexual geralmente são usadas para a gratificação sexual de um adulto, essa interação sexual com a criança ou com o adolescente pode incluir toques, carícias, sexo oral, relações com ou sem penetração [...].</p> <p>(PORTES; SENRA, 2015, p. 2)</p>	[...] e também inclui situações nas quais não há contato físico, tais como assédio sexual, exposição de imagens, pornografia infantil, e voyeurismo. (PORTES; SENRA, 2015, p. 2).

Fonte: Sistematização da acadêmica, 2019.

As formas supracitadas mostram a face dessa perversa violência que assola crianças e adolescentes, fazendo com que esse tipo de violência fique muitas vezes mascarada e impune, por manifestar de formas distintas, mas com o mesmo objetivo que é de praticar o abuso sexual.

Na figura 1 são demonstrados as principais expressões de abuso sexual intrafamiliar com contato físico e sem contato físico presentes na coleta de dados.

**Figura 1:** Expressões de abuso sexual intrafamiliar



Fonte: Sistematização da acadêmica, 2019.

Nas produções pesquisadas, pode-se observar que em nenhum artigo consta sobre o tempo em que os abusos sexuais acontecem, o que dificulta os processos interventivos as vítimas, para Habigzang et al. (2011, p. 467) “O tempo de duração do abuso sexual está relacionado com o contexto em que ocorre a violência”.

Pode-se dizer que, quanto mais tempo durar as situações de abuso sexual maior será o impacto nesses sujeitos, pois, eles/as que sofrem ou sofreram algum tipo de abuso sexual no âmbito familiar, tendem a desenvolver alguns transtornos como salienta Caetano (2019, p. 32) ao dizer que “abuso sexual infantil pode deixar marcas físicas, psicológicas, cognitivas, etc., fazendo a criança mudar de comportamento”.

Vale ressaltar que, muitas vezes as marcas deixadas pelo abuso sexual não são visíveis e dificilmente os adultos conseguem perceber algum indício nas vítimas, fazendo com que os impactos sejam ainda maiores no decorrer do tempo.

Observa-se que os impactos que o abuso sexual traz para as vítimas acarretará danos ao seu desenvolvimento emocional e cognitivo. Segundo Lima e Barbosa (2011, p. 9):

O abuso sexual intrafamiliar atinge dimensões complexas, que vão desde traumas pelo medo, pela vergonha até doenças sexualmente transmissíveis (DST), como a AIDS, sangramento vaginal, corrimento e gravidez. Isto se constitui como uma realidade gritante e contestadora, que praticadas por pais, padrastos, irmãos ou parentes próximos, causam danos mentais, emocionais, inclusive morte, lesões e traumas físicos incalculáveis nas vítimas e em suas famílias, afetando fortemente a saúde, sobretudo a qualidade de vida.

Salienta-se que o abuso sexual intrafamiliar acarreta muitos adoecimentos físicos e psicológicos para a vítima, o que afeta na sua grande maioria o seu desenvolvimento ao longo da vida. Sendo assim, o abuso sexual contra crianças e adolescentes não somente traz danos durante a infância, como pode se prolongar para a fase adulta.

Isto varia de acordo com a dinâmica familiar, muitas vezes o abuso não é revelado porque as vítimas sentem-se culpadas pela violência sofrida, na qual o/a autor/a é alguém que tem um laço afetivo e estabelece uma relação de confiança fazendo com que a duração dos abusos aconteça por muito tempo. O fator determinante que leva o abuso sexual não ser revelado é o silêncio da vítima.

Pode-se observar que as vítimas de abuso sexual se calam, isto é, não revelam o abuso sofrido, pois, temem serem castigadas pelos autores ou até mesmo que algum membro da família seja alvo do autor/a. Desta forma, as vítimas passam a conviver com o silêncio e que muitas vezes vem acompanhado pelos sentimentos de culpa e vergonha pelo abuso sofrido.

Furniss (1993, p.31) refere que:

As crianças que sofreram abuso frequentemente são obrigadas a não revelar para ninguém dentro da família ou fora dela. Pode ser dito à criança, especialmente às crianças pequenas, que aquilo que acontece durante o abuso é um segredo entre a criança e a pessoa que abusa. O segredo é geralmente reforçado pela violência, ameaças de violência ou castigos. Algumas vezes encontramos uma mistura de ameaças e suborno, em que o ganho secundário dos subornos e de um tratamento especial mantém o segredo que, não obstante, é basicamente fundamentado nas ameaças.

Sendo assim, o segredo é mantido pela vítima que ao sofrer ameaças por parte do autor/a não o revela e muitas vezes os membros da família ao saberem do abuso sexual, se omitem para preservar a integridade da família, o que acaba dificultando o fim do ciclo de violência no interior das famílias.

Outro fator que não foi constatado nas produções foi em relação a frequência dos abusos, o que é de suma importância, pois, é de grande relevância aos profissionais que farão atendimento as vítimas ficarem informados sobre a frequência, para que os mesmos possam traçar estratégias para que os efeitos físicos e emocionais dos abusos sejam minimizados.

Lima e Barbosa (2011, p. 9) pressupõem que:

[...] a violência sexual contra crianças e adolescentes é mais freqüente do que anunciam os dados estatísticos, graças a um silêncio das vítimas (justificada pelo medo e vergonha), de familiares, vizinhos, agentes de saúde, educadores, e outros profissionais que ao saberem e não denunciarem, contribuem para o mascaramento desta realidade. De certa forma “autorizam a violência perpetrada” tornando-se co-responsáveis pela violência.

Desta forma, evidencia-se que a frequência dos abusos sexuais acontece de uma forma mais frequente do que os dados demonstram, pois, muitos sujeitos ao ter conhecimento do abuso não o denunciam ocultando a realidade das vítimas.

Sobre o perfil da criança vítima de abuso sexual as produções pesquisadas não evidenciaram dados, no que diz respeito à idade, raça/etnia e escolaridade das vítimas, pois, ainda é pouco estudado o perfil dos sujeitos, deste modo é importante trazer dados pertinentes como, mapear um conjunto de fatores no que diz respeito a idade desses sujeitos, com quem vive, as relações estabelecidas com os membros da família, dentre outros, para assim pensar em estratégias de enfrentamento ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

## 4.2 Famílias Abusivas: a dinâmica entre adultos e crianças

Para compreender de que forma se estabelece a dinâmica familiar onde há situações de abuso sexual, é necessário entender de que forma a família está organizada. Deste modo, é importante problematizar as determinações que incidem para que o abuso sexual aconteça no interior das relações familiares. Para Vieira (2015) fatores psicológicos, sociais, econômicos e culturais são expressões que influenciam nas manifestações de violência.

Diante disso, buscou-se analisar as formas como se estabelece a relação entre o/a autor/a do abuso sexual e a vítima, pois os processos sociais, econômicos e culturais estão interligados com a cultura patriarcal, ao machismo, no interior das relações familiares. Ou seja, as relações de desigualdades estão enraizadas na sociedade, no entanto, para que o poder/autoridade seja atendida, deve-se ter indivíduos que possam a vir ser o dominador, isto é, aquele que dita regras e o dominado aquele que é oprimido diante do abuso sofrido. Vale salientar que, é o adulto o sujeito que impõe as regras e crianças e adolescentes são vistas como objetos que servem para a satisfação sexual dos adultos. Para Vieira (2018, p. 35):

*A violência de gênero, portanto, possui duas faces: é produzida no interior das relações de poder, visando ao controle e domínio do outro, exercendo uma relação de poder e de exploração-dominação por meio do não-consentimento do outro sujeito que sofre a violência.*

A violência de gênero acontece em relações de poder, onde há uma hierarquização, na qual o adulto tem o controle sob a criança dominando-a e nessa relação de desigualdade há exploração-dominação do sujeito que está sofrendo violência.

Outro fator condicionante para que o abuso sexual esteja presente nas relações familiares é a transgeracionalidade, ou seja, a violência que perpassa de geração para geração. Portanto, a transgeracionalidade ocorre quando a mãe da criança também foi vítima de abuso sexual na infância.

Como enfatiza Narvaz (2005) apud Lima et al. (2015 , p.1160-1):

*A respeito da possível transmissão transgeracional da violência sexual, pesquisas citadas por Narvaz (2005) demonstram que muitas das mães das vítimas de abuso sexual intrafamiliar também foram abusadas na infância. Essas mães não receberam apoio das próprias mães, mostrando-se, na*

*vida adulta, dependentes, emocional e/ou economicamente, dos companheiros.*

Azambuja (2004, p.85) salienta que “[...] mitos, passados de geração em geração, acabam por retardar ou até mesmo impedir a identificação de muitos casos de violência sexual intrafamiliar [...]”, ou seja, as formas como são estabelecidas as relações familiares fazem com que muitas vezes a violência e/ou abuso não seja percebido, fazendo com que ocorra por muito tempo.

É importante compreender que existem vários fatores na qual a sociedade pensa sobre o abuso sexual, como a pobreza, conflitos familiares, ser abusado e se tornar o/a autor/a do abuso são alguns fatores presentes. Desta forma a violência sexual não pode ser vista numa perspectiva unicausal, pois são múltiplas as determinações que contribuem para a perpetuação deste fenômeno. Para Koller (1999) são diversos fatores que levam para a perpetuação do abuso sexual intrafamiliar, onde as famílias incestuosas mostram relações desiguais e hierárquicas. Vieira (2018, p. 32-33) refere que as;

*Relações desiguais entre adulto e criança (desenvolvimento físico, psíquico, social e sexual); Não há um discernimento ou liberdade de escolha das crianças e adolescentes em consentir ou não a prática sexual; O abuso sexual envolve outras expressões da violência como: física (agressões oriundas do próprio abuso ou como forma de intimidação para que a criança e/ou adolescente conceda a prática sexual), psicológica (agressões verbais, chantagem, coerção, ameaça); O machismo, a educação adultocêntrica e o patriarcado são elementos presentes na organização familiar.*

Pode-se perceber que a vulnerabilidade social é um fator presente em famílias em que há abuso sexual, mesmo não sendo o único fator para tal fenômeno na qual ocorre em todas as classes sociais, contudo, é a classe desfavorecida (pobre) que apresenta maior vulnerabilidade em casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Vale salientar que não são apenas os fatores sociais e econômicos causadores da violência, existem outros fatores que estão relacionados entre si como, uso abusivo de álcool e outras drogas, adoecimentos psicológicos, o autoritarismo, dentre outros. Conforme o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006, p. 27):

É essencial mostrar que a capacidade da família para desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções é fortemente interligada ao seu acesso aos direitos universais de saúde, educação e demais direitos sociais. Assim, uma família que conta com orientação e assistência para o acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos, bem como acesso a serviços de qualidade nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, também encontrará condições propícias para bem desempenhar as suas funções afetivas e socializadoras, bem como para compreender e superar suas possíveis vulnerabilidades.

Vieira (2015, p. 119) contribui ao enfatizar que;

A invisibilidade das contradições e o esfacelamento de uma perspectiva igualitária, nas relações sociais, contribuem fortemente para o mascaramento das situações de violência sexual. Historicamente, a questão da violência de caráter sexual tem sido resignada às classes sociais empobrecidas, ou seja, atribui-se o aparecimento de tal violência à pobreza, ao desemprego, à vulnerabilidade social e econômica dos sujeitos.

Desta forma, evidencia-se que a vulnerabilidade social é um fator que influencia para a ocorrência de abuso sexual intrafamiliar, pois as desigualdades geradas contribuem para o surgimento do abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes. Deste modo, as relações familiares implicadas tornam-se fragilizadas, pois, as mesmas não conseguem suprir as necessidades básicas e dar a devida proteção aos seus membros. Para Pedersen (2009, p. 117):

Como consequência, estas famílias, submetidas à condição de vida precária, sem garantia de alimento, de moradia, de trabalho, de assistência à saúde e de todos os serviços que definem uma vida minimamente digna no mundo contemporâneo, sentem-se incapacitadas para proteger os seus membros, em especial crianças e adolescentes. Com isso, aumentam também as possibilidades de a população infanto-juvenil tornar-se vítima de violência sexual, tanto do abuso como da exploração sexual.

É importante destacar que muitas vezes a violência é acompanhada por algum tipo de ritual, nas produções analisadas não consta horários e lugares, mas, contudo, as produções evidenciaram que a violência quase sempre envolve uma parafilia, que significa comportamentos sexuais inapropriados, cujo desejo são por crianças e adolescentes.

A parafilia caracteriza-se como um distúrbio sexual, tomamos como exemplo o fetichismo que de acordo com Santos (2007, p. 1) consiste na “atribuição simbólica a pessoas, partes do corpo ou coisas de propriedades ou características que emanam de outros objetos ou indivíduos”, isto é, o adulto utiliza de objetos e roupas,

apresentando um fetiche, ou seja, em modo geral o fetiche é usado preferencialmente para a excitação sexual.

Existe outra forma de parafilia na qual é praticada por adulto contra crianças e adolescentes que é a pedofilia, que se caracteriza como interesse sexual que tem como alvo esses sujeitos, para Leite (2004) apud Noronha e Almeida (2010, p. 111) “as práticas de pedofilia implicam no direcionamento dos impulsos sexuais a indivíduos com características físicas e psíquicas infantis, o que constitui um desvio comportamental”.

Miranzi e Neto (2017, p. 149) mencionam que “a pedofilia, ou pedosexualidade, é um transtorno sexual definido como a preferência sexual por criança, pessoa com até 12 anos de idade, ou por adolescente, pessoa entre 12 e 18 anos”. Isto é, a pedofilia vitimiza crianças e adolescentes, que por serem mais vulneráveis não possuem capacidade de reagir aos atos de violência praticados pelos adultos. Contudo, pode-se dizer que um aliado a essa prática é o meio virtual (internet), onde são produzidos e comercializados materiais de cunho sexual envolvendo crianças e adolescentes, para satisfação sexual pessoal, tendo o intuito também de lucrar.

Vale ressaltar que disponibilizar ou armazenar esse tipo de material é crime e está previsto na Lei 11.829/2008 que altera o ECA (1990);

Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

Nas produções analisadas pode-se observar a ausência de dados referentes ao perfil da família. Porém, salienta-se a importância de tecer algumas reflexões para assim poder compreender como se estabelece a dinâmica familiar. Por muito tempo, as produções evidenciavam que a questão da pobreza era a principal determinação que ocasionava a violência sexual, entretanto, com o avanço das discussões percebeu-se que violência ocorre de uma forma transversal, ou seja, ocorre em todas as classes sociais.

Uma das questões do roteiro da pesquisa bibliográfica era o de construir o perfil das famílias em que há a presença de relações sexuais abusivas, no entanto,

nos 12 artigos analisados não foi discutido as questões socioeconômicas responsáveis pela renda.

Contudo, ressalta-se a relevância em debater essas questões numa perspectiva de integralidade, isto é, de compreender não somente as relações familiares após o acontecimento do abuso e restringir o atendimento apenas a vítima mas buscar entender como a família se configura na dinâmica cotidiana.

Para Azambuja (2011, p. 111) “[...], é na família que se estabelecem as primeiras experiências de relacionamento com outras pessoas”, ou seja, é no âmbito familiar que são estabelecidas as primeiras relações com outros sujeitos, no entanto, “[...] quando encontram um ambiente de respeito e de proteção, desenvolvem-se de forma saudável [...]” (AZAMBUJA, 2011, p.111).

Diante disso, percebe-se que as famílias por muito tempo foram vistas como o lugar de proteção dos seus membros, onde, as mudanças sofridas impactam diretamente nas suas relações. Ou seja, família não pertence há um grupo restrito, a mesma está inserida como uma instituição social (HOFFMAN, et al., 2005).

A família passa a ser vista como grupo social composto por indivíduos que interagem entre si, compondo uma unidade semipermeável, ocupando posições, desempenhando papéis sociais, criando normas para o viver em conjunto, construindo uma trajetória de vida e sujeito a regras e expectativas da sociedade em que se insere (HOFFMAN, et al., 2005, p. 77).

Para Scodelario (2002, p. 96) “essa diversidade de sentimentos vai se intensificar levando os pais muitas vezes a se sentir misturados com os sentimentos dos filhos, perdendo sua capacidade de discriminação e controle enquanto adultos da relação”. Os sentimentos dos pais se misturam com as do filho/a o que ocasiona a perda da capacidade do pai em lidar com a situação em que ele é o adulto.

Vale salientar que, no processo de formação das relações familiares, as mesmas desenvolvem experiências de realização e fracasso o que leva muitas vezes a um crescimento e interação entre os membros, ou essas experiências tornam a dinâmica familiar violenta (SCODELARIO, 2002).

Um fator condicionante que ocorre nas relações familiares diz respeito ao uso da violência como uma forma de educar, Chauí (2000, p. 432) salienta que;

[...] as várias culturas e sociedades não definiram e nem definem a violência da mesma maneira, mas, ao contrário, dão-lhe conteúdos diferentes, segundo o tempo e os lugares. No entanto, malgrado as diferenças, certos

aspectos da violência são percebidos da mesma maneira, nas várias culturas e sociedades, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos. [...], a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros.

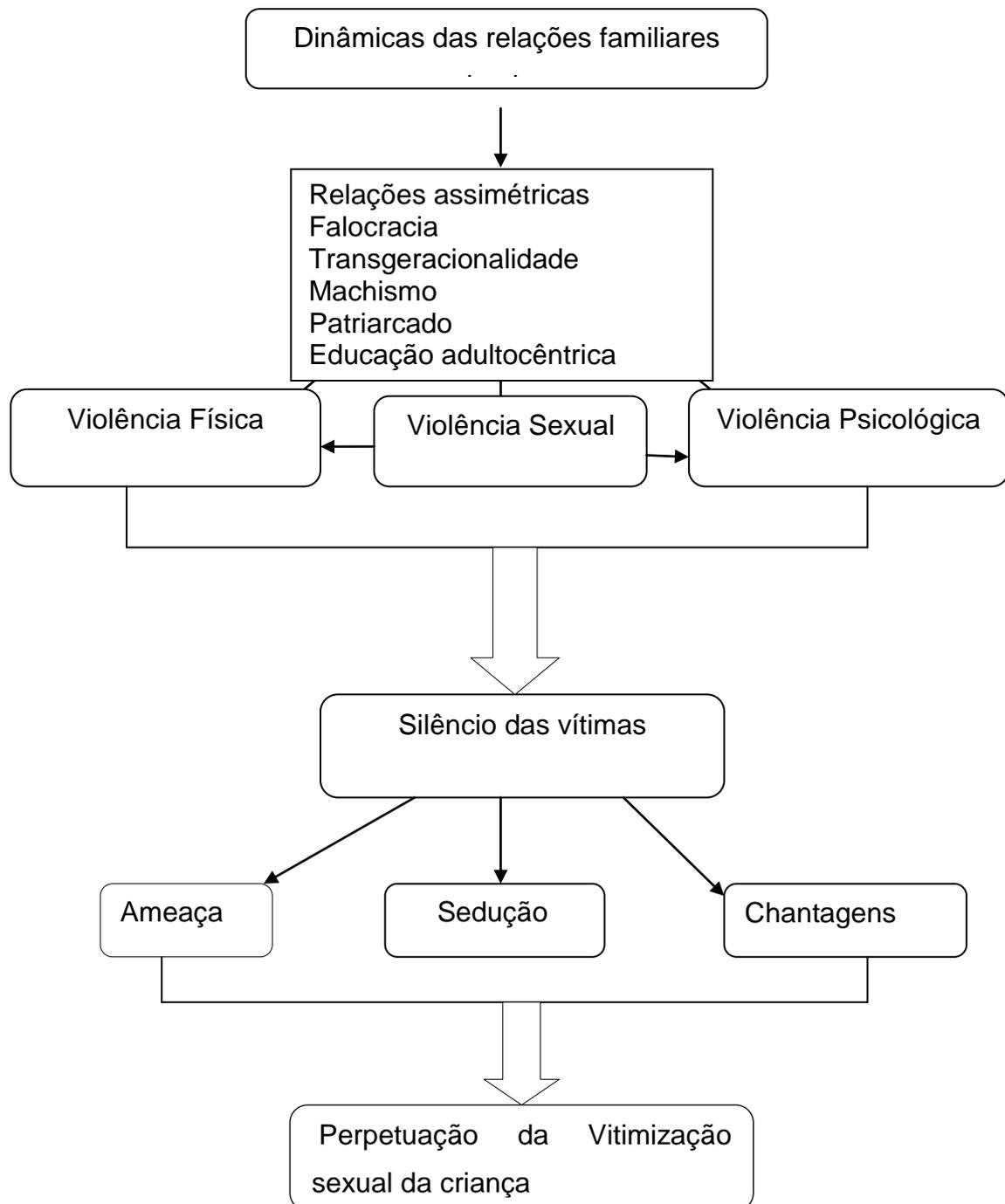
Pode-se observar que famílias com o modelo de família tradicional é mais propícia a desencadear violência tanto física, como sexual ou psicológica contra seus membros, pois, as relações estabelecidas são hierárquicas na qual o provedor é quem impõe as regras e que muitas vezes utiliza da violência pra legitimar sua força.

Outra característica presente nas relações familiares é o silêncio das vítimas, na qual é um fator determinante para que o abuso ocorra sem o conhecimento dos outros membros, levando as mesmas a vivenciar experiências sexuais por um longo tempo, de acordo com Scodelario (2002, p. 100):

Um dos fatores que mais favorecem a continuidade e a (re) produção de violência dentro de uma mesma família, e especial nos casos de abuso. Este silêncio conduz à perpetuação do abuso por várias gerações, [...]. Este silêncio é mantido tanto pelos agentes das agressões quanto pelas pessoas vitimizadas e demais membros envolvidos na dinâmica.

Diante do exposto, percebe-se que as vítimas sofrem caladas por medo das ameaças que o/a autor/a realiza. O silêncio faz com que muitas vezes o abuso sexual aconteça de uma forma repetitiva, e que também é perpassado por várias gerações. Na figura 2 são demonstradas algumas características presentes nas famílias abusivas.

**Figura 2:** Características das famílias abusivas



Fonte: Sistematização da acadêmica, 2019.

Conforme Saffioti (2007, p.17) apud Vieira (2018, p.33):

*[...]ao analisar a violência proferida contra a população infanto-juvenil, em especial a negligência e a exploração sexual, traz um elemento de suma*

*importância para apreensão do acometimento deste fenômeno nas relações familiares que é a vitimização sexual.*

Ou seja, através da vitimização sexual é que se apresentam as manifestações de violência entre adulto e criança. Para Azevedo e Guerra (2007, p. 35) “A vitimização, enquanto violência interpessoal, constitui uma exacerbação desse padrão. Pressupõe necessariamente o abuso, enquanto ação, ou omissão de um adulto, capaz de criar dano físico ou psicológico à criança”. As vítimas desta violência ficam submetidas ao poder do adulto, o qual o mesmo tem o intuito de coagi-las a satisfazer seus interesses sexuais, esta vitimização está presente na dinâmica das famílias abusivas.

Desta forma, compreenda-se que no processo de vitimização e as relações são marcadas por uma hierarquia de poder do adulto sobre a criança, na qual o adulto utiliza deste poder para praticar os abusos sexuais. De acordo com Magalhães (2005, p. 20) “a vitimização implica na submissão do desejo da criança ao do adulto, transformando a criança em um objeto, e não sujeito”.

Azevedo e Guerra (2007, p. 35-6) referem que:

[...] a vitimização exige que a vítima seja “cúmplice”, num “pacto de silêncio”. O abuso- vitimização de crianças consiste, pois, num processo de completa objetualização destas, [...] objeto de maus-tratos. [...] três formas privilegiadas de abuso- vitimização: à física, a psicológica e a sexual.

É importante enfatizar que todas as formas de violência vitimizam crianças e adolescentes perpassando todas as classes sociais, mesmo que haja uma sobreposição entre crianças vitimadas e vitimizadas, portanto;

[...] o processo de vitimação atinge exclusivamente filhos de famílias economicamente desfavorecidas, enquanto o processo de vitimização ignora fronteiras econômicas entre as classes sociais, sendo absolutamente transversal, de modo a cortar verticalmente a sociedade. (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 15-6).

Vale lembrar que, outro fator presente nas relações familiares diz respeito à síndrome do pequeno poder, em que o sujeito “não se contentando com sua pequena fatia de poder e sentindo a necessidade de se treinar para o exercício do grande poder, que continua a almejar, exorbita de sua autoridade, ou seja, apresenta a *síndrome do pequeno poder*” (SAFFIOTI, 2007, p.17). Ou seja, essa

síndrome permeia várias categorias sociais, na qual é exercida contra classes ou categorias subalternas. Vieira (2018, p. 33) salienta que “*a influência de padrões societários conservadores contribui, de forma bastante significativa, para o acometimento da síndrome do pequeno poder e em decorrência dela o abuso sexual nas relações familiares*”.

A partir do exposto é possível perceber que a sociedade contribui para a incidência de abuso sexual no âmbito familiar, pois, a cultura machista, naturaliza a violência de caráter sexual contra meninas. Segundo Laraia (2001, p.36):

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura.

Desta forma, entende-se que os valores morais estão impregnados e são culturalmente repassados de geração em geração. O extrato retirado de uma das produções da amostra revela que:

*Estudos referem o abuso como uma violência de gênero, pois é cultuado a desigualdade com o sexo feminino determinando como frágil, na desvalorização da mulher pela sociedade patriarcal, mostrando a desigualdade entre homens e mulheres como marca predominante (SOUZA, et al., 2018, p.4).*

Pode-se evidenciar que os autores do abuso sexual são do gênero masculino na qual as vítimas possuem confiança e afeto por aqueles que deveriam dar proteção e cuidado. No entanto, os autores utilizam-se do papel que ocupam no âmbito familiar para praticar o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Pode-se destacar que a educação e os valores machistas ora também reproduzidos pelas mães, contribuem inexoravelmente para o não rompimento do abuso sexual acarretando para que a violência perdure muitos anos.

#### **4.3 As reações que se expressam diante a quebra do silêncio familiar envolvendo abusos sexuais contra crianças e adolescentes**

Neste tópico são discutidas as reações diante da quebra de silêncio envolvendo o abuso sexual, uma vez que, o segredo familiar envolve muitos

mecanismos e estratégias para sua manutenção. Para Florentino (2015, p. 139) “A violência contra a criança e o adolescente é um problema universal que atinge milhares de vítimas de forma silenciosa e dissimulada [...]”, e, portanto, “pode ser praticado com o conhecimento e cobertura de outros membros da família”.

Referente aos artigos, das (12) produções analisadas (4) apontaram a culpabilização da vítima, pois, a mesma sentem-se culpadas diante da situação vivida. As principais características diante dessa violência são: “dificuldades escolares, de relacionamento social, distúrbios psicossomáticos, até a invalidez ou a morte por homicídio ou suicídio” (SILVA, 2002, p. 73-4).

Diante da complexidade da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, suas causas e consequências devem ser analisadas sob diversos fatores. Observa-se que estes podem ser de curto ou longo prazo, e que muitas vezes essas consequências permanecem mesmo quando o/a autor/a do abuso é afastado do convívio familiar. Para Abrapia, (1997), Carvalho (2005), Picanço (2005) apud Silva (2002, p. 23) as principais consequências são;

Sentimento de culpa e vergonha; sentimento de ser má, suja e de pouco valor; imagem corporal distorcida; perda de confiança em outras pessoas; medo constante de sofrer novo abuso; somatizações frequentes; distúrbios do sono (sonolência, pesadelos); distúrbios alimentares; enurese e encoprese; distúrbios no aprendizado; regressão a um comportamento infantil; desconfiança; dificuldades de relacionamento social e de conquistas profissionais; comportamento sexualizado ou impotência sexual e frigidez; masturbação excessiva e/ou compulsiva; alteração de humor (tristeza, agitação, apatia, agressividade, isolamento); baixa autoestima; ansiedade; medo; raiva; fugas de casa; autoflagelação; depressão; suicídio).

Gottardi (2016, p. 47) enfatiza que;

[...] as consequências da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, como, por exemplo, o comprometimento do desenvolvimento físico, psíquico e social. O infante-juvenil pode sofrer com a síndrome do segredo, com o sentimento de culpa, a vergonha, a dor e o medo, que são consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa violência não pode ser medida, porque pode acompanhar o infante-juvenil por toda a vida.

Diante disso, pode-se perceber que as vítimas de abusos sexuais na sua grande maioria desenvolvem danos físicos ou psicológicos, (PEDERSEN, 2009). Esses danos muitas vezes podem durar por toda vida das vítimas, levando-as a desencadear diversos sintomas.

No quadro 5 serão elencados alguns fatores sobre os danos físicos e psicológicos vivenciados pelas vítimas de abuso sexual:

Quadro 5- Danos físicos e psicológicos.

Danos físicos	Danos psicológicos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distúrbios de sono;</li> <li>• Mudanças de hábitos alimentares;</li> <li>• Gravidez;</li> <li>• DST</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medo;</li> <li>• Hostilidade diante do sexo do agressor;</li> <li>• Culpa;</li> <li>• Depressão;</li> <li>• Baixa auto-estima;</li> <li>• Conduta sexual anormal- masturbação compulsiva, exibicionismo;</li> <li>• Angústia, agressões, condutas anti- sociais;</li> <li>• Sentimentos de estigmatizações.</li> </ul>

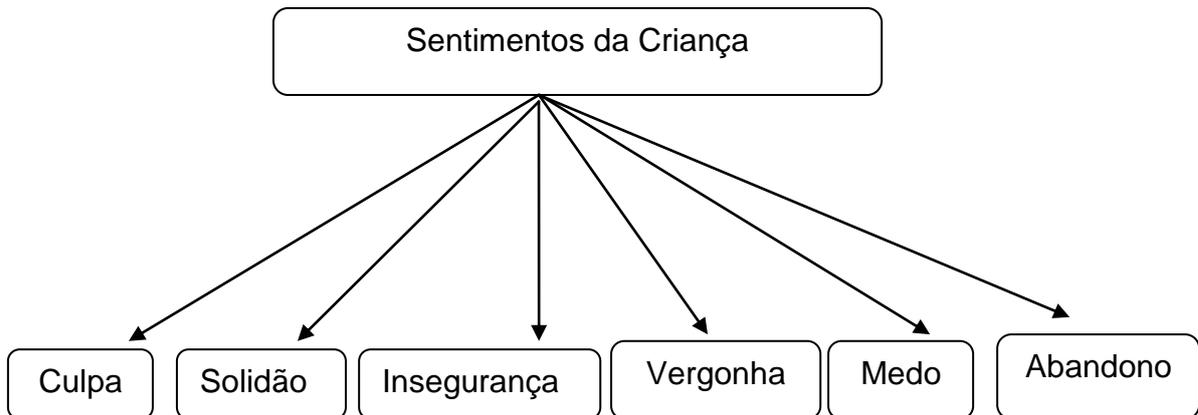
Fonte: López Sanchez, (1991, p. 27-30) citado por Ferrari (2002, p.86).

A culpa, a vergonha e o medo são os sentimentos mais frequentes em vítimas de abuso sexual, uma vez que sentem-se responsáveis pelo fato de estarem sendo abusadas ou se culpam pelo abandono do provedor da família, na qual é o único que traz o sustento. Para Araújo (2002, s/p), “O abuso sexual é um fenômeno complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. É difícil para a criança e para a família, pois a denúncia do segredo explicita a violência que ocorre dentro da própria família”.

Para Furniss (2013) apud Florentino (2015, p.142) aborda que “Quanto ao sentimento de culpa, soma-se o dano secundário da estigmatização, devido à acusação por parte dos pais e da família”. Ou seja, a vítima é condenada por pessoas que deveriam cuidar e proteger esses sujeitos que são vulneráveis e que estão em fase de desenvolvimento, fazendo com que as mesmas sintam-se culpadas pelo abuso que sofrem desencadeando outros fatores.

Na figura 3 são demonstrados os sentimentos vivenciados por vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Figura 3: Sentimentos vivenciados por vítimas de abuso sexual intrafamiliar.



Fonte: Sistematização da acadêmica, 2019.

Como forma de mascarar o abuso sexual o/a autor/a utiliza da sedução, pois, as vítimas não compreendem que estão sofrendo uma violência, por não terem discernimento da situação. Desta forma, as vítimas de abuso sexual muitas vezes não conseguem perceber que estão sendo abusadas por adultos, e sentem que o que está ocorrendo é algo 'natural'.

Segundo Mado (2012, p. 94) “o sentimento de responsabilidade pelas vivências sofridas constitui-se em um processo de internalização da culpa, atribuída pelo agressor à criança, para justificar seu comportamento”. As vítimas de abuso sexual sentem-se culpada por não conseguir evitar, o que acaba desencadeando outros fatores como a perda de autoestima, depressão, dentre outros. Para Lima e Alberto (2015, p. 1166) refere-se;

[...] a sedução [...], também faz parte das práticas que permeiam e caracterizam o abuso sexual; afinal de contas, é o meio utilizado pelo agressor para tentar evitar a revelação da violência, ou seja, funciona como mecanismo de controle deste sobre as crianças e adolescentes de que ele abusou.

Isto é, o/a autor/a utiliza da sedução como forma de mascarar o abuso, é o meio que ele usa para que o abuso não seja revelado e assim possa ter controle sobre as vítimas fazendo com que as mesmas sofram em silêncio.

Segundo Pizá (2010, p, 51):

A criança não consegue reconhecer a aproximação de um adulto sedutor como sendo perigosa ou como sendo uma ameaça. Mesmo portando um pressentimento de que algo estranho está acontecendo, ela se recusa a ver o adulto sedutor como um perigo real e, desse modo, rende-se ao seu desejo. A sedução exercida pelo adulto captura o corpo da criança tornando-a prisioneira de seu próprio gozo, o que faz com que ela se sinta culpada pelo abuso. Paradoxalmente, ela guarda dentro de si o medo de perder o amor daquele que diz que a ama fazendo com que ela mergulhe numa angústia avassaladora que a paralisa.

Nota-se que os casos de abuso sexual muitas vezes se repetem nas famílias, causando um sofrimento ainda maior para a mãe, pois a mesma sente-se culpada pela violência sofrida pela sua filha, sendo assim “nos casos em que a violência persiste por anos, a mãe pode facilitar a situação abusivas” (KRÜGER; SILVA 2013, p. 20) ficando muitas vezes calada, por medo do agressor e represálias que possa a vir sofrer. Esses são alguns determinantes que fazem com que essa mãe não denuncie o companheiro/autor que “apesar de ter conhecimento do abuso sexual, pode ignorá-lo ou até mesmo incentivá-lo, pois sua filha a está substituindo em um papel no qual se sente incapaz e que não deseja para si” (KRÜGER; SILVA, 2013, p. 20).

As 12 produções analisadas (1) artigo apenas apontou a postura protetiva como uma reação provocada com o rompimento da síndrome do silêncio, isto é, quando um membro familiar buscou apoio na rede de proteção para proteger as vítimas de abuso sexual. “A rede de apoio social e afetiva da criança pode minimizar ou potencializar os danos do abuso sexual no momento em que a criança consegue romper o segredo e revelar a violência” (HABIGZANG et al., 2011, p. 468). Contudo, “tal rede é compreendida como o conjunto de sistemas e de pessoas significativas (estrutura) que compõem os relacionamentos existentes e percebidos pela criança, e que podem atuar no sentido de efetivamente protegê-la (função)” (HABIGZANG et al., 2011, p. 468).

Evidencia-se que a partir do rompimento do silêncio, os familiares das vítimas adotaram medidas protetivas com o intuito de minimizar os danos causados pelo abuso, buscando estratégias de proteção dos mesmos, possibilitando um atendimento psicológico para as vítimas e suas famílias.

Referente às estratégias que as famílias encontram para a manutenção do silêncio, pode-se observar que as “relações e vínculos corroboram para a invisibilidade, mascaramento e a reprodução das formas de violência” (KRUGER;

SILVA, 2013, p.13), tal como “nos casos em que a violência persiste por anos, a mãe pode facilitar a situação abusiva” (KRUGER; SILVA, 2013, p. 20).

No entanto, uma das produções analisadas salienta que;

*[...] a maioria dos indivíduos com histórico de abuso sexual pode manter o abuso sexual em segredo por períodos longos de tempo, e alguns não revelam. O medo e a vergonha estão entre os principais fatores que contribuem para que crianças e adolescentes mantenham o abuso em segredo. Enquanto este ciclo de silêncio e violência não é interrompido, as vítimas que vivenciam o abuso por extensos períodos de tempo apresentam maiores riscos de desenvolver consequências negativas em curto, médio e longo prazo. (KENDALL et al., 1993 apud HABIGZANG et al., 2015, p.2).*

Ou seja, as vítimas de abuso sexual sofrem em silêncio e muitas vezes as mesmas não revelam o abuso sofrido, ocasionando sérios danos no seu desenvolvimento, fatores como medo, vergonha, está relacionado com a negação da revelação, isto é, “*muitas crianças são ameaçadas de morte, e por medo de fazerem mal a sua genitora, não falam nada, sofrem os abusos caladas*” (NASCIMENTO; COSTANDRADE, 2016, p.2). As vítimas de abuso sexual, ficam aprisionadas em uma relação de poder, onde não tem autonomia e a única maneira que resta é ser obediente a vontade do outro renunciando seu desejo, ou seja, passam a viver um drama afetando o desenvolvimento físico e emocional, ocasionando sujeitos com graves dificuldades de interação (SILVA, 2002).

Desta forma “[...] as famílias em que ocorre o abuso sexual observa-se uma extensa gama de atitudes erotizadas às quais crianças e adolescentes podem estar aprisionadas” (SILVA, 2002, p. 76), ou seja, “amor, sexo, carinho e humilhação são vividos de forma ambígua, com desrespeito às necessidades e ao desenvolvimento da criança” (SILVA, 2002, p. 76).

Outro fator condicionante para a manutenção do segredo refere-se à ameaça que o/a autor/a utiliza para manter o abuso em segredo, para Silva (2002, p. 77) “ameaças e seduções ocorrem na busca de manutenção do silêncio [...]”, ou seja, através de ameaças o/a autor/a passa a fazer chantagens e a manipular a vítima, com o intuito de que o segredo não seja revelado. Para Gomes e Faria (2017, p. 921):

*Ao perceber a violência, barganhas ou ameaças são artifícios para garantir o segredo. Vulnerável a criança desenvolve a crença de que é culpada pelo ato sentindo medo e vergonha da punição que virá ao revelar seu segredo, e tenta dessa forma adaptar-se ao ato abusivo perpetuando o silêncio.*

Quanto às ameaças, “[...] a criança ou adolescente teme o autor da violência, e nutre medo de vingança, de retaliação e teme ser o responsável por uma desintegração da família, caso o segredo seja revelado [...]” (LORDELLO; COSTA, 2013, p. 128). Referente a sedução Krüger e Silva (2013, p. 22) enfatizam que;

[...] a fase da sedução, o abusador manipula a dependência e a confiança da criança, encorajando-a a participar dos atos abusivos, ao mesmo tempo em que a faz crer que se trata de brincadeiras ou comportamento normais entre pais e filhos, sob a promessa de recompensa, prepara o momento e o lugar para realizar o abuso e toma precaução para não ser descoberto [...].

Isto é, o/a autor/a utiliza da sedução para manipular e ganhar a confiança da mesma, fazendo com que ela participe dos abusos crendo que seja ‘normal’ a situação que está vivenciando no momento e que não revele as outras pessoas fazendo o pacto de silêncio.

Observa-se que “com relação às mães das crianças vítimas de violência sexual, algumas se calam para manter a estabilidade e segurança da família e para não admitir a sua omissão, passando a ser vistas como cúmplices” (AZAMBUJA, 2008, p. 95). Ou seja, “algumas famílias justificam a negligência com o temor pela própria vida ou de outros, a ocorrência de situações passadas ou o medo de desamparo financeiro ou emocional, que levam ao conformismo” (BRASIL, 2006 apud KRÜGER; SILVA, 2013, p. 22).

Nas 12 produções analisadas não foi constatado nenhum dado referente de como que acontece a quebra do silêncio. Todavia, outras produções salientam para essa questão, evidenciando que;

A possibilidade do estabelecimento do vínculo de confiança somente é alcançado após se certificarem de que estão sendo escutadas por profissionais que conseguem dispor de um acolhimento humanizado e que abordem a questão sem sua revitimização. (LORDELLO; COSTA, 2013, p. 128).

Evidencia que as vítimas só revelam as situações de abuso, após, terem certeza de que podem confiar em profissionais que acolhem e que abordem a questão sem que haja a repetição do relato. “Revelar para um médico, psicólogo ou profissional da área de saúde o que está ocorrendo ou revelar a situação traumática para algum familiar de confiança às vezes se torna obstáculo difícil de ser superado” (EISENSTEIN, 2004, p. 26). As vítimas ficam presas ao sentimento de revolta e ao

mesmo tempo de medo e vergonha, porque sabem que ao revelar o abuso sexual vai impactar na família. “Torna-se necessário e importante quebrar este silêncio e intervir para proteger a criança ou o adolescente vitimizado ou abusado sexualmente” (EISENSTEIN, 2004, p. 26).

Às vezes a “revelação do abuso ocorre sexual ocorre de maneira acidental ou premeditada” (KRÜGER; SILVA, 2013, p. 22), ou seja, a vítima não expressa nenhuma manifestação, isso ocorre quando o abusador é surpreendido por outra pessoa no ato do abuso ou quando a criança apresenta alguma marca física que precisa de atendimento médico. Referente à revelação premeditada a mesma acontece quando a vítima revela o abuso porque não aguenta mais sofrer tal violência (BARUDY, 1998 apud KRÜGER; SILVA, 2013).

Outra forma referente à quebra do silêncio do abuso é quando a mãe fica atenta aos sinais que a criança demonstra, para Plumer (2006) apud Santos e Dell’ Agllio (2010, p. 330).

[...] a descoberta das mães sobre o abuso sexual de suas crianças não ocorre como um evento, mas como um processo, no qual as mães precisam juntar, numa espécie de quebra-cabeça, um conjunto de fatos, pressentimentos e fragmentos do que veem e escutam de suas crianças.

O abuso é descoberto pela mãe através de sinais que as vítimas demonstram como, por exemplo, isolamento, pesadelos, a não querer ir para a escola, choros, dentre outros fatores. Em consonância a esse processo vale ressaltar que as mães passam por um momento de aceitação diante o abuso ocorrido (SANTOS; DELL’ AGLLIO, 2010).

No que tange a essa quebra do silêncio, vale enfatizar que as vítimas de abuso sexual muitas vezes não rompem o ciclo de abuso que estão vivenciando, pois, sentem-se desprotegidos por aqueles que deveriam cuidar e dar proteção. Ou seja, as vítimas por conta dos sentimentos de medo, vergonha ficam presos a essa situação gerando sofrimento, pois, entendem que ao revelar o abuso sexual vai causar conflitos familiares.

Referente a última questão do roteiro na qual indaga de que forma o fim do silêncio impacta na dinâmica familiar as produções revelaram que:

*É preciso considerar que a decisão de acreditar na filha pode resultar em mudanças na família: além de perderem seus companheiros, as mães*

*podem perder o status social, a autoestima, em função de terem se envolvido com uma pessoa capaz de cometer tamanha violência, e a segurança material, pois, em muitas situações, o companheiro abusador é o principal provedor do sustento da família [...]. De acordo com Lima e Alberto (2010), ao mesmo tempo em que sente raiva e ciúme, a mãe atribui a si a culpa por não ter protegido o filho ou filha. Entre os sentimentos iniciais vivenciados pelas mães nos casos de abuso sexual intrafamiliar, encontra-se uma confusão diante da suspeita ou constatação de que o companheiro de fato está cometendo o abuso e também frente aos sentimentos ambivalentes desenvolvidos em relação ao filho ou filha. Negar, desmentir o filho vitimado ou culpá-lo pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, desilusão e frustração diante da ameaça de desmoronamento da família. (LIMA; ALBERTO, 2010 apud SUFREDINI, MORÉ, KRENKEL, 2016, p. 27).*

Observa-se que o fim do silêncio vai impactar diretamente na estrutura familiar, pois, o extrato da amostra, mostra que quando o/a autor/a é o único que traz o sustento para a família, muitas mães se omitem diante da situação para (KRÜGER; SILVA, 2013, p. 21) “manter a aparência de normalidade, ambos, pai e mãe, concordam consciente ou inconscientemente que a relação incestuosa é mais aceita do que relação extraconjugal, que poderia levar a uma ruptura do casamento e da família”.

Quando se trata de abuso no contexto intrafamiliar é preciso destacar que o modo como o abuso ocorre dependerá da cultura na qual o sujeito está inserido, pois, entende-se que o modelo de família em que ocorre a maioria dos abusos sexuais refere-se ao modelo patriarcal, onde “a realidade dos relacionamentos é outra, as regras morais são muito rígidas, o casamento é mantido idealizado” (KRÜGER; SILVA, 2013, p. 21), desta forma são estabelecidas relações autoritárias e inversões de papéis.

Portanto, “as relações de poder, expressas não somente no uso da força física do adulto” (AZAMBUJA, 2011, p. 95), mas, há outros fatores que contribuem para que o abuso sexual esteja presente nas relações familiares, conforme (FALEIROS, 2008 apud AZAMBUJA, 2011, p. 95):

[...] artimanhas da sedução, da persuasão e do uso do imaginário, de tal forma que a criança vitimizada pareça uma preferida; ela é convidada a dormir com o pai, quando assim é o caso, o que se lhe afigura como protetor, socializador.

O extrato retirado da amostra revela que:

*O sentimento de impunidade pela demora do inquérito e do processo, de desamparo, por entender que as famílias deveriam ser mais bem assistidas, em razão de terem dificuldade de compreender a violência sexual familiar, da decepção e frustração com a justiça quando o abusador não é preso e da inexistência de orientação e de informação sobre os trâmites da notificação até o depoimento judicial, contribuem para esse quadro de sentimentos negativos. (COSTA et al., 2007; DOBKE et al., 2010 apud SUFREDINI, MORÉ, KRENKEL, 2016, p. 274).*

Diante do exposto, evidencia-se que as famílias ficam desprotegidas porque quando há denúncia estas se fragiliza, pois, entendem que essa revelação impactará em suas relações. “[...] isto traz como consequência o isolamento dela em relação a outras mulheres mesmo da família e, ainda, o isolamento da família em relação à família extensa e à vizinhança” (COSTA et al., 2007 apud SUFREDINI, et al., 2016, p. 274). Nota-se, “com relação às mães das crianças vítimas de violência sexual, algumas se calam para manter a estabilidade e segurança da família e para não admitir a sua omissão, passando a ser vistas como cúmplices” (AZAMBUJA, 2011, p. 95). Nesse sentido, “algumas famílias justificam a negligência com o temor pela própria vida ou de outros, a ocorrência de situações passadas ou o medo de desamparo financeiro ou emocional, que levam ao conformismo” (BRASIL, 2006, apud, KRÜGER; SILVA, 2013, p. 22).

Sendo assim, “a revelação do abuso causa um impacto sobre a família indignando-a, sentimentos como desconfiança, raiva, medo e desejo de vingança são comuns” (PIRES FILHO, 2007 apud GOMES; FARIA, 2017, p. 922). Os, sentimentos são de revolta por não garantir a proteção e cuidado das vítimas, desta forma “quando o abuso sexual é perpetrado por um membro familiar, a revelação poderá resultar na desestabilização deste sistema, tornando ainda mais instável a situação de vítimas que vivem em contextos que reforçam a preservação familiar” (ALAGGIA, 2001; PAINE; HANSEN, 2002 apud BAÍA, et al. , 2015, p. 12).

A família fica fragilizada, pois, envolve série de fatores e consequências tanto para a vítima quanto para o/a autor/a. Sendo assim, é necessário ampliação de políticas públicas eficientes que possibilite o cuidado com a família e das vítimas em programas e projetos com o intuito de prevenir o abuso sexual no âmbito familiar.

No próximo capítulo serão tecidas as considerações finais trazendo as reflexões em relação a temática e os resultados obtidos na análise de dados, assim como algumas proposições para o enfrentamento do abuso sexual intrafamiliar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho diante das reflexões tecidas, foi possível identificar as diversas formas e características presentes no abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, pode-se observar que esta violência apresenta-se de uma forma complexa e silenciosa, onde as vítimas que estão em pleno desenvolvimento tem seus direitos sexuais violados.

Referente às principais discussões abordadas neste trabalho foi de problematizar historicamente o conceito do modelo de família tradicional ou nuclear entender a “família” na sua multiplicidade, as relações estabelecidas e os papéis sociais que são atribuídos dentro do núcleo familiar e a partir disso compreender que a violência está presente em todas as classes sociais. Sendo assim foi possível elucidar as diferentes concepções referentes às novas configurações familiares e como a mesma se constitui e entender a família como um grupo social que se organiza de acordo com a sua necessidade em cada contexto na qual está inserida, isto é, as mudanças socioeconômicas, políticas e culturais.

Sobre o abuso sexual, pode-se destacar que na sua grande maioria as vítimas são crianças e adolescentes do gênero feminino e o autor do abuso é alguém próximo da vítima na qual a mesma tem sentimento de confiança e afeto. Salienta-se que a síndrome do silêncio é o principal aliado dessa perversa violência, na qual o/a autor/a utiliza da ameaça para legitimar suas necessidades.

O estudo possibilitou identificar as principais determinações para a incidência de abuso sexual que são as relações de poder, o medo, machismo, patriarcado, o adultocentrismo e falocracia, relacionado com a desigualdade de gênero e como se estabelece a dinâmica das relações familiares.

Desta forma, busca-se algumas proposições para o enfrentamento do abuso sexual como:

- Acompanhamento às famílias e vítimas de abuso sexual;
- Profissionais capacitados que atuam diretamente com os sujeitos envolvidos no abuso;
- Atendimento psicológico para ambas as partes (família, autor/as e vítima);

- Criar ações que possibilite o enfrentamento como (palestras, campanhas, panfletagens, dentre outros);
- Espaços para debates sobre o tema em escolas (públicas e privadas);
- Criação de programas e projetos com a finalidade de prevenção contra qualquer tipo de violência, sendo aqui destacado o abuso sexual intrafamiliar.

Por fim, a construção deste trabalho contribuiu para a formação acadêmica, pois foi um momento na qual tive uma aproximação e um aprofundamento denso sobre a temática, possibilitando uma visão ampla sobre os fatores do abuso sexual intrafamiliar e sua complexidade nas relações familiares.

Este trabalho possuiu o intuito de contribuir para outros/as acadêmicos/as que pretendem estudar sobre o tema, levar a reflexão e a compreender que este fenômeno desencadeia diversos fatores que vitimizam crianças e adolescentes e entendendo o núcleo familiar como sendo um lugar de proteção e cuidado e não de violação de direitos. É de suma importância que o silêncio de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar seja rompido para que seus direitos sejam garantidos e preservados.

## REFERÊNCIAS

ABRAPIA- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. Abuso sexual- mitos e realidade. Petrópolis: **Autores & Agentes & Associados**, 3ª Ed., Abrapia, 2002.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicol. estud.** 2002.

\_\_\_\_\_, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicol. out.** 2008.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. PEDERSEN, Jaina Raqueli; GROSSI, Patrícia Krieger. O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural.

\_\_\_\_\_, Maria Regina Fay de. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? . - Porto Alegre: **Livraria do Advogado Editora**, 2004.

\_\_\_\_\_, Maria Regina Fay de. Inquirição da vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos? Porto Alegre: **Livraria do Advogado**, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Infância e Violência Fatal em Família**. São Paulo: 2001.

\_\_\_\_\_, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Vitimação e vitimização: questões conceituais. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2ª ed. São Paulo: Iglu, 2007.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. **Rev. Katál.** 2008.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (organizadoras).- **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 5 ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.

BRETAN, Maria Emilia Accioli Nobre Bretan. **Violência sexual contra crianças e adolescentes mediada pela tecnologia da informação e comunicação: elementos para prevenção vitimal**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL, **lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em 11 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_, **lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm). Acesso em 11 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_, **Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

BORGES, Jeane Lessinger; ZINGLER, Veranice Tatiane. Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 2013.

BURNIER, Giovana dos Santos. **Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor**: aspectos e reflexões após a lei 12.015/09. Universidade do vale do Itajaí-UNIVALE. Itajaí, Junho, 2011.

CAETANO, Evelyn Diconcili. **abuso sexual infantil**. compreensões de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental. lages/sc, 2019.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org). A família contemporânea em debate. Carvalho, maria do carmo brant de. O lugar da família na política social. São Paulo: **EDU/Cortez**, 2000.

\_\_\_\_\_, Maria do Carmo Brant. de. (org). A Família Contemporânea em Debate. SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “Teorias” de famílias. São Paulo: **EDU/Cortez**, 2000.

\_\_\_\_\_, Maria do Carmo Brant. de. (org). A Família Contemporânea em Debate. BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. São Paulo: **EDU/Cortez**, 2000.

\_\_\_\_\_, Maria do Carmo Brant. de. (org). A Família Contemporânea em Debate. SARTI, Cyntia A. Família e individualidade: um problema moderno. São Paulo: **EDU/Cortez**, 2000.

COHEN, Cláudio. O incesto. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (organizadoras).- Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 5 ed. ver. e atual. São Paulo: **Cortez**, 2009.

CÓTICA, Carolina Santin; XAVIER, Gabriela Medina; EYGO, Hudson. **O abuso sexual e desenvolvimento da self**: um olhar centrado na pessoa. **Humanidades e Inovação**, Palmas, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. **ed. Ática**, São Paulo, 2000.

CHILDHOOD. **Entenda a diferença entre abuso e exploração sexual.** 24/01/2013. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/entenda-a-diferenca-entre-abuso-e-exploracao-sexual>. Acesso em 05 de Maio de 2019.

EISENSTEIN, Evelyn. Quebrando o silêncio sobre o abuso sexual. **Adolescência e Saúde**, setembro, 2004.

FÁVERO, Eunice Terezinha. Questão social e perda do poder familiar. São Paulo: **Veras Editora**, 2007 (orgs). FONSECA, Claudia. FAMÍLIA- INSTABILIDADE E SOLIDARIEDADE.

FERRARI, Dalka C. A; VECINA, Tereza C. C. O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática (orgs.). São Paulo: **Ágora**, 2002. SILVA, Maria Amélia de Souza e. Violência contra crianças- quebrando o pacto do silêncio.

\_\_\_\_\_, Dalka C. A; VECINA, Tereza C.C. O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática (orgs). São Paulo: **Ágora**, 2002. SCODELARIO, Arlete Salgueiro. A família abusiva.

\_\_\_\_\_, Dalka C. A.; VECINA, Tereza C. C. O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática (orgs). São Paulo: **Ágora**, 2002. FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. Definição de abuso na infância e na adolescência.

FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar. Porto alegre: **Artes Médicas**, 1993.

FLOTENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. Fractal: **Revista de Psicologia**, 2015.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: **Atlas**, 2008.

\_\_\_\_\_. Como elaborar projeto de pesquisa. 4.ed. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GOTTARDI, Thaíse. **Violência sexual infanto-juvenil: causas e consequências.** Centro universitário univates- curso de direito. Lajeado, 2016.

GOMES, Josiane da Luz; FARIA, Graciela Sanjutá Soares. **ABUSO SEXUAL INFANTIL E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS.** Anais do EVINCI – UniBrasil, Curitiba, 2017.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada/ Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. – 6.ed. – São Paulo: **Cortez**, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional.**

Disponível em:

<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em 11 de Fev. de 2019.

\_\_\_\_\_. Instrumentalidade do Processo de trabalho e Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.62. São Paulo: **Cortez**, 2009.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Silva Helena. A Revelação do Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2011.

HOFFMAN, Ana Cristina Oliveira da Silva; KARKOTLI, Ana Paula Balbuena; DIAS, Sílvia Luci de Almeida; PAES, Zulmira Pezzini. A teoria de desenvolvimento da família: buscando a convergência entre a teoria e a prática no cotidiano do profissionais da saúde. **Fam. Saúde Desenv.**, Curitiba, jan./abr. 2005.

IAMAMOTO; Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional! Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, **Cortez**, 2000.

KRUGER, Kelly Berti; OLIVEIRA, Catielle Flôres. **Violência Intrafamiliar**: discutindo facetas e possibilidades/Kelly Berti Kruger; Catielle Flôres Oliveira (orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2013. KRUGER; Kelly Berti; SILVA, Jorge Alexandre da. Violência sexual intrafamiliar: o papel da família na proteção de crianças e adolescentes.

\_\_\_\_\_, Kelly Berti; OLIVEIRA, Catielle Flôres. **Violência intrafamiliar**: discutindo facetas e possibilidades/Kelly Berti Kruger, Catielle Flôres Oliveira (orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2013. OLIVEIRA; Catielle Flôres; AZEVEDO; Domingos Sávio Campos de. A mídia construindo subjetividades: a relação do desenho pica-pau com a violência intrafamiliar.

KOLLER, S.H. **Violência doméstica**: uma visão ecológica. Em violência doméstica. São Leopoldo: AMENCAR, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos).

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. – São Paulo: **Atlas** 2003.

LIMA, Joana Azevêdo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. O Olhar de Mães Acerca do Abuso Sexual Intrafamiliar Sofrido por suas Filhas. **Psicologia: ciência e profissão**, 2015.

LIMA, Henriqueta Christina de Alencar Ferreira; BARBOSA, Cristiano Teixeira. Violência sexual contra criança e adolescente: uma violação dos direitos. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Agosto, 2011.

LORDELLO, Silvia Renata Magalhães; COSTA, Liana Fortunato. A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar. **Rev. Psicol. Saúde** vol. 5 n. 2 Campo Grande dez, 2013.

MAGALHÃES, Ana Paula. Abuso Sexual Incestuoso. Um tema centrado na criança e na família. Rio de Janeiro: **Letra Capital**, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ªed. Vozes, 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 5 de Jan. de 2019.

\_\_\_\_\_, Maria Cecília de S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 07-18, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>. Acesso em 30 de Abr. de 2019.

MEDINA, C.A. de. Família, ontem, hoje e amanhã. **Revista Debates Sociais**. Nº 50/51 – ANO XXVI – 1º e 2º Sem. 1991.

MARCHEZAN, Nair Angélica Comassetto; MENDES, Luís Marcelo (organizadores). Expressões de violência e seu enfrentamento no CREAS. PEDERSEN, Jaina Raqueli. Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração sexual contra Crianças e Adolescentes: a busca pela garantia dos direitos da população infanto-juvenil. 2. ed. – Passo Fundo: **Méritos**, 2009.

MARTINS, Rosimeire de Carvalho. Abuso Sexual e Resiliência: Enfrentamento as adversidades. **Revista Mal-estar e Subjetividade** – Fortaleza - jun/2011.

MIRANZI, Mário Alfredo Silveira; NETO, Almir Miranzi. **Pedofilia da denúncia à condenação: revisão da literatura**. **Rev enferm atenção saúde**, 2017.

NORONHA, Ceci Vilar; ALMEIDA, Andrija. Pedofilia e mídia: representações sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. Especiaria - **Cadernos de Ciências Humanas**.

MORGADO, Rosana. MULHERES/mães: e o abuso sexual incestuoso. Rio de Janeiro: **Editora UFRJ**, 2012.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos** Porto Alegre v. 8 n.1 p. 104-122. jan./jun. 2009.

PIZÁ, Graça. **Afetos secretos**. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2010.

PONTES, R.N. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Políticas Públicas: Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas públicas** – CEAD, Brasília, 2000.

PORTES, Camila Cavalcanti; SENRA, Luciana Xavier. O abuso sexual infantil e a culpabilização das vítimas desse tipo de violência. **Psicologia- portal dos psicólogos**, 2015.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. (orgs). **Família em Processos Contemporâneos**: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira. DUARTE, Luiz Fernando Dias. HORIZONTES DO INDIVÍDUO E DA ÉTICA NO CREPÚSCULO DA FAMÍLIA. São Paulo: Loyola, 1995).

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, 2004, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24603.pdf>>. Acesso em 05 de Fev. de 2019.

\_\_\_\_\_, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>. Acesso em 13 de Mar. de 2019.

SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e fronteiras on-line**, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A Síndrome do pequeno poder. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. 2ª ed. São Paulo: **Iglu**, 2007.

\_\_\_\_\_, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: **Editora Fundação Perseu Abramo**, 2004. – (Coleção Brasil Urgente).

\_\_\_\_\_, Heleieth I. B. O poder do macho. São Paulo: **Moderna**; 1987.

\_\_\_\_\_, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. Violência de gênero: Poder e Impotência. Rio de Janeiro: **Revinter** (1995).

SANDERSON, Christiane. **Abuso sexual em crianças**: Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra Abusos e Pedofilia. São Paulo, 2005.

SANTOS, Rosa Maria Silva dos. Fetichismo: paradigma da perversão. **Psicologia. Portal dos psicólogos**, 2007.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL' AGLLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicol. Soc.** 2010.

SUFREDINI, Francieli; MORÉ, Carmem Leontina Ojeda Ocampo; KRENKEL, Scheila. Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: uma revisão sistemática. **Contextos Clínicos**, 2016. Unisinos.

SOUZA, Laisa Santos de; SILVA, Rivaldo Mendes da; GONÇALVES, Fabiane Mônica da Silva. Um enfoque sobre as principais políticas públicas que atuam no

caso de abuso sexual em crianças e adolescentes. **Psicologia- portal dos psicólogos**, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

VIEIRA, Monique Soares. **Rompendo o Silêncio**: o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito do CREAS tocantinense/ Monique Soares Vieira. – Porto Alegre, 2015.

\_\_\_\_\_. Monique Soares. **A interface entre a violência sexual contra crianças e adolescentes e a violência de gênero**: notas críticas acerca do cenário do município de Porto Alegre. Universidade Federal do Tocantins/UFT. 2012.

\_\_\_\_\_, Monique Soares. A Vitimização Sexual De Crianças E Adolescentes: AS MÚLTIPLAS FACES DE UMA VIOLÊNCIA PERVERSA. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**. v. 4, n.1 – Edição Especial – 2018.

VIVARTA, Veet. **O grito dos inocentes**. Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: **Cortez**, 2003.

WEBER, Marcela Furquim. **O abuso sexual intrafamiliar: UM SEGREDO NÃO REVELADO**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2018.

## APÊNDICE (A)

### Roteiro Norteador

#### 1-Como o abuso sexual vem se manifestando no interior das famílias?

- Abuso sexual com contato físico  
 com penetração vaginal                       com penetração anal  
 sexo oral               masturbação               molestando a vítima. Como?  
 com carícias               com beijos  
 Outros:  
 Abuso sexual sem contato físico  
 exibicionismo                       voyeurismo  
 sensorial                       Por telefone \_\_\_\_\_  
 Pornografia (revistas, jornais, fotografias vídeos) \_\_\_\_\_  
 assédio sexual                       abuso sexual verbal \_\_\_\_\_

#### 2-Há quanto tempo acontecem os abusos sexuais?

- últimos três anos  
 há um ano  
 meses. Quantos?

#### 3) Com que frequência?

- todos os dias  
 semanalmente  
 Outros:

#### 4) Existe alguma ritual?

- tem dia     tem hora               tem lugar? Qual?  
 envolve alguma parafilia? Qual ?  
 Outras especificações:

4.1 Qual a duração dos abusos sexuais:

#### 5) Perfil do/a autor/a do abuso sexual

5.1 Gênero

- homem                       mulher

5.2 Idade

Qual?

5.3 Qual o vínculo familiar



Outros:

**10) Quais são as determinações que incidem para que o abuso sexual aconteça no interior das relações familiares?**

**11) Quais são as estratégias encontradas pela família e pelo/a autor/a para a manutenção do segredo?**

**12) Como acontece a quebra do silêncio?**

( ) no próprio seio familiar    ( ) na escola    ( ) no ESF

( ) amigo/a    ( ) professor/a    Outros: \_\_\_\_\_

**13) De que forma o fim do silêncio impacta na dinâmica familiar?**